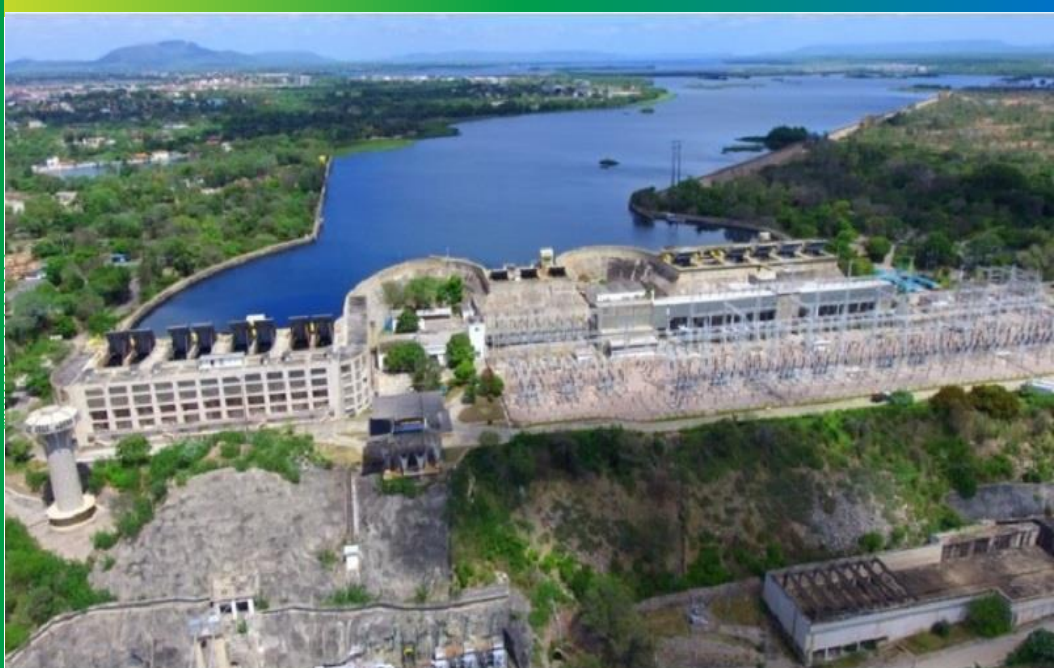

Relatório da Administração & Demonstrações Financeiras

2023



SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
2. PERFIL DA COMPANHIA	4
3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	4
4. RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS	4
5. CONJUNTURA ECONÔMICA	4
6. GOVERNANÇA CORPORATIVA	5
7. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
8. INVESTIMENTOS	6
9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	6
9.1. <i>RESULTADO DO EXERCÍCIO</i>	6
9.2. <i>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - ROL</i>	6
9.3. <i>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</i>	6
9.4. <i>RESULTADO FINANCEIRO</i>	6
9.5. <i>FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES</i>	6
9.6. <i>GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)</i>	7
9.7. <i>VALOR ADICIONADO</i>	7
10. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES	7
11. GESTÃO DE PESSOAS	7
11.1. <i>BENEFÍCIOS E CAPACITAÇÃO PARA EMPREGADOS</i>	7
11.2. <i>SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO</i>	8
12. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ESG)	8
13. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS	8
14. INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL	8

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com muita satisfação, compartilhamos o resultado do primeiro ano de operação da Eletrobras Chesf inserida no novo modelo de governança e negócios da Eletrobras, pós desestatização. Em linha com a Controladora, acreditamos que tudo o que a Companhia faz, prestando um serviço considerado essencial com qualidade e de acordo com as regras estabelecidas, se subordina a uma cultura de alta performance, pautada pela segurança das pessoas, dos ativos e do meio ambiente, valores inegociáveis para a organização.

Em 2023, o CAPEX da Empresa atingiu R\$ 1,97 bilhão, um crescimento superior a 22% em relação a 2022. Avançamos em projetos importantes, com destaque para as modernizações das Usinas Hidrelétricas Sobradinho (BA) e Paulo Afonso IV (BA). Além disso, investimos de forma significativa em melhorias e reforços no sistema de transmissão, possibilitando as condições para a exportação de energia do Nordeste para as outras regiões do país.

A governança corporativa foi otimizada de forma centralizada, visando garantir uma atuação integrada e cada vez mais alinhada às estratégias da *Holding*, com foco na eficiência, meritocracia e geração de resultados sustentáveis, bem como no aperfeiçoamento das relações com os stakeholders e na inserção nos ecossistemas de inovação.

O desempenho operacional superou as metas regulatórias e empresariais, enquanto a performance econômico-financeira resultou num lucro de R\$ 1.749,8 milhões, representando um aumento de 2,5% em relação ao ano anterior, que traduz a busca pela disciplina de capital e eficientização de custos e despesas.

O mercado de energia tem passado por constantes mudanças. A comercialização de energia no ambiente de mercado livre ganhou tração e vem sendo acelerada. Nesse contexto, somos parte de uma Eletrobras que está sendo construída voltada para o atendimento do cliente, orientada ao mercado, e que desenvolve soluções adaptadas as suas demandas e aos seus processos para expandir constantemente sua base de relacionamentos, alinhada com a transformação energética.

De igual maneira, o potencial de crescimento do negócio de energia na região Nordeste, tanto em geração quanto em transmissão, é enorme e reunimos todas as condições para sermos parte fundamental da engrenagem da Eletrobras no aproveitamento dessas oportunidades e na expansão do seu sistema físico.

Esses resultados positivos e os animadores desafios que se avizinham, todavia, não seriam e nem serão possíveis sem o engajamento do nosso principal ativo: as pessoas.

Em 2023 demos início à contratação de novos colaboradores, que se juntam ao nosso quadro de experientes profissionais, promovendo uma oxigenação na força de trabalho da Companhia que, com o apoio dos nossos fornecedores e prestadores de serviços, se mostram essenciais ao atingimento dos resultados e superação dos novos desafios. A eles, nosso reconhecimento e agradecimento pela dedicação e qualidade das entregas!

Antônio Varejão de Godoy
Presidente do Conselho de Administração
Eletrobras Chesf

João Henrique de Araújo Franklin Neto
Presidente da
Eletrobras Chesf

2. PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Eletrobras Chesf, com sede na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma empresa de capital aberto, controlada pela Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração, a transmissão e a comercialização de energia elétrica, atuando em todo o território nacional, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

Concessionária de um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, as operações da Eletrobras Chesf se concentram nas atividades de geração hidráulica e eólica, com predominância de usinas hidrelétricas. Este parque gerador tem 10.460,43 MW de potência instalada, sendo composto por 12 usinas hidrelétricas, supridas por 9 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 57,0 bilhões de metros cúbicos de água e 14 usinas eólicas. Além do sistema de geração, composto por 26 usinas e 12 subestações elevadoras, a Eletrobras Chesf possui um sistema de transmissão com abrangência em todos os estados do Nordeste e formado por 143 subestações (sendo 19 de propriedade de terceiros onde a Eletrobras Chesf possui ativos), representando cerca de 38% das instalações operacionais de transmissão do Grupo Eletrobras, totalizando uma capacidade de transformação de 79.864,40 MVA (geração + transmissão), além de 22.042,90 km de linhas de transmissão de corrente alternada, nas tensões de 500, 230, 138 e 69 kV, que tem a finalidade de transportar tanto a energia gerada pelas usinas próprias quanto a recebida do Sistema Interligado Nacional – SIN.

A Companhia também possui participações em empreendimentos de geração e transmissão por meio de Sociedades de Propósito Específico - SPE.

3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Eletrobras Chesf é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Eletrobras, e seu capital social, no montante de R\$ 19,37 bilhões, é representado por 55.905 mil ações nominativas, divididas em 54.151 mil ações ordinárias e 1.754 mil ações preferenciais, todas sem valor nominal.

4. RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS

A Eletrobras Chesf, como empresa de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência, caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações em seu portal corporativo na Internet, www.chesf.com.br, link “Investidores”. A comunicação com seus acionistas é feita via atendimento telefônico, presencial e endereçamento eletrônico.

5. CONJUNTURA ECONÔMICA

A economia do Brasil cresceu aproximadamente 3% em 2023, segundo estimativas do relatório Perspectiva Econômica Mundial, do Fundo Monetário Nacional – FMI divulgado em 30.01.2024. Praticamente o mesmo crescimento ocorrido no ano de 2022, que foi de 2,9%.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o ano de 2023 terminou com um crescimento de 10,3 GW na matriz elétrica, totalizando 199,3 GW de potência instalada fiscalizada, ultrapassando o recorde anterior de 9,5 GW alcançado em 2016, o que representou o maior nível de expansão de nossa capacidade desde o início do acompanhamento pela Agência.

No segmento de transmissão de energia elétrica, a ANEEL realizou em 2023 dois leilões de concessão para novas instalações que totalizam R\$ 37 bilhões em investimentos e 10.655 quilômetros de linhas de transmissão. As instalações leiloadas têm o objetivo de reforçar a rede de transmissão das diversas regiões do Brasil, de modo a expandir o transporte de elevados montantes de energia provenientes dos empreendimentos de geração.

Ainda no setor de Infraestrutura, o governo brasileiro lançou em 2023 o novo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com investimentos estimados da ordem de R\$ 1,7 trilhão, dos quais aproximadamente R\$ 160 bilhões referem-se a obras de geração e de transmissão de energia elétrica para os próximos anos, significando excelentes oportunidades

de investimento para o grupo Eletrobras. Considerando a sua capacidade de realização de investimentos, a Eletrobras Chesf se demonstra apta a contribuir para a ampliação e segurança do setor elétrico, tendo realizado aportes de recursos no ano de 2023 que alcançaram o patamar de R\$ 1,97 bilhão em novas instalações ou em reforços e melhorias nas instalações existentes do sistema elétrico brasileiro. Um crescimento de 22% quando comparado com o ano de 2022.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O mais alto órgão da estrutura de governança é a Assembleia Geral. A Eletrobras Chesf é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, órgãos colegiados de funções deliberativas, com atribuições previstas em lei, no Estatuto Social da Companhia e nas diretrizes e regras de alçadas expedidas pela Eletrobras.

O Conselho de Administração, órgão colegiado da Companhia, é formado por até três membros, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas reeleições. A ele compete implementar a orientação geral formulada pelo Acionista Único para os negócios da Companhia, conforme as diretrizes, regras e normas fixadas pela Eletrobras.

A Diretoria Executiva é o órgão colegiado de administração com atribuição para decidir sobre competências específicas fixadas no Estatuto Social da Companhia e nas orientações e regras de alçadas definidas pela Eletrobras, sendo constituída por um Diretor-Presidente, um Diretor de Operação e Manutenção e um Diretor Administrativo-Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas reeleições.

O Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, quando instalado pela Assembleia Geral, na forma da lei, compor-se-á de 3 (três) membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

A partir de 2023, o serviço de Auditoria Interna passou a ser prestado à Companhia pela equipe de auditoria do Acionista Único (Eletrobras), que atua de forma integrada e unificada em suas subsidiárias integrais. A equipe local de auditoria da Companhia vincula-se funcionalmente à equipe de auditoria do Acionista Único.

De igual maneira, em 2023, a partir da reestruturação organizacional da Companhia, a gestão de riscos passou a ser conduzida centralizadamente na *Holding*, incorporando nas análises a visão consolidada dos riscos em todas as subsidiárias, incluindo a Eletrobras Chesf.

7. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Eletrobras Chesf teve mais um ano de excelente desempenho operacional, fruto da execução de planos de operação e manutenção, de iniciativas de compatibilização de intervenções, da modernização, reforços e melhorias implantadas, da reavaliação dos processos e incorporação de novas tecnologias, e do cumprimento das exigências regulatórias, proporcionando mais rentabilidade para a Companhia e maior confiabilidade e segurança operacional ao sistema elétrico.

Em 2023, o desempenho operacional dos ativos de geração e transmissão da Eletrobras Chesf esteve acima das metas de disponibilidade estabelecidas pela ANEEL e pela *Holding*.

O indicador de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão apresentou o melhor resultado do histórico da empresa, superando a meta de 99,91%, e alcançando o resultado de 99,97%. O indicador de Disponibilidade Operacional de Transformadores também apresentou o melhor resultado histórico da empresa e bateu meta de 99,90%, atingindo 99,98%.

Esses indicadores representam o tempo em que o equipamento esteve em operação ou pronto para desempenhar sua função no âmbito da transmissão.

O resultado para o indicador de Parcela Variável (PV), que representa o percentual de desconto da Receita Anual Permitida (RAP) das Funções de Transmissão, devido a indisponibilidades dos equipamentos da Rede Básica das concessões da Eletrobras Chesf, conforme regras da ANEEL, foi 0,82%, sendo o melhor do histórico da empresa.

O indicador de Robustez do Sistema, que corresponde à capacidade da Rede Básica da Eletrobras Chesf em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores (perda de carga), foi de 96,52%.

A Disponibilidade Operacional de Geração, que reflete o tempo em que o equipamento esteve desempenhando sua função ou pronto para operar, ficou acima da meta de 1, resultando em 1,09.

8. INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a Eletrobras Chesf vem diversificando seus investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, empregando recursos na construção de ativos próprios e por meio de parcerias em Sociedades de Propósito Específico – SPE.

No ano de 2023, os investimentos corporativos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Companhia, totalizaram R\$ 1.946,7 milhões, um aumento de 21,6% em relação ao ano de 2022. Este montante está assim distribuído: R\$ 678,5 milhões em geração de energia; R\$ 1.157,0 milhões em obras do sistema de transmissão; e R\$ 111,3 milhões em outros gastos de infraestrutura.

Em 2024, os desafios continuam. Além da continuidade da modernização do parque de geração e das melhorias e reforços de pequeno porte, a Eletrobras Chesf tem 17 empreendimentos previstos para energização em sua carteira de grande porte de transmissão, com investimentos da ordem de R\$ 656 milhões, com estimativa de RAP no valor de R\$ 75 milhões. O portfólio, que inclui concessões, reforços e melhorias de grande porte, possui um total de mais de 50 empreendimentos de diversas categorias.

9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações financeiras da Companhia.

9.1. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia registrou no exercício de 2023 um lucro de R\$ 1.749,8 milhões (R\$ 1.707,4 milhões em 2022), representando um aumento de 2,5% em relação ao ano anterior.

9.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - ROL

A receita operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, apresentou um aumento de 3,1% em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 7.870,3 milhões em 2022, para R\$ 8.113,0 milhões em 2023.

Dentre os indicadores que contribuíram para esse desempenho estão o crescimento em relação ao ano anterior das receitas com fornecimento, suprimento e operação e manutenção de usinas (R\$ 501,5 milhões); crescimento das receitas com operação e manutenção do sistema de transmissão (R\$ 131,2 milhões); crescimento da receita de energia elétrica de curto prazo na CCEE (R\$ 217,8 milhões); redução das receitas contratuais da concessão (R\$ 202,4 milhões); e redução da Receita de O&M da geração (R\$ 359,3 milhões).

9.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 4.511,4 milhões no exercício de 2023, representando uma redução de 26,0% em relação ao exercício anterior. Essa redução foi decorrente: (i) da redução da despesa de pessoal, da ordem de R\$ 411,7 milhões, impactado principalmente, pela redução do registro do Plano de Demissão Voluntária, da ordem de R\$ 271,2 milhões; (ii) do registro das provisões operacionais, da ordem de R\$ 988,4 milhões.

9.4. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro foi negativo em 2023, no valor de R\$ 1.734,3 milhões, contra o valor negativo de R\$ 483,3 milhões registrado em 2022, representando uma variação negativa de R\$ 1.251,0 milhões.

9.5. FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

O endividamento bruto, que inclui os encargos contabilizados e o principal da dívida com instituições financeiras, encerrou no exercício de 2023 com R\$ 3.048,0 milhões, um aumento de 194,8% em relação à 2022.

A posição da dívida líquida (financiamentos, empréstimos e debêntures, deduzidos das disponibilidades) apresentou, ao final do exercício, o saldo negativo de R\$ 1.767,8 milhões, que demonstra uma robustez de caixa e equivalentes de caixa em relação ao endividamento bruto da Companhia.

9.6. GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

Demonstração do EBITDA	(R\$ milhões)	
	2023	2022
Lucro líquido	1.750	1.707
-) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	193	(21)
-) Despesas (receitas) financeiras líquidas	1.734	483
-) Depreciação	402	166
-) EBITDA	4.079	2.335
-) Provisões para contingências	(484)	921
-) Provisão/Reversão Impairment	3	29
-) Provisões para perdas em investimentos	(15)	(372)
-) Efeitos da Lei nº 14.182/2021	-	619
-) Outras Provisões - GAG Melhoria	(103)	90
-) Contrato oneroso	394	23
-) Remensurações Regulatórias - Contratos de Transmissão	-	(228)
-) Outras Provisões	25	99
) EBITDA Ajustado	3.899	3.518
Receita Operacional Líquida	8.113	7.870
) Margem EBITDA	48,1%	44,7%

A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, foi de R\$ 3.898,4 milhões em 2023, contra o montante de R\$ 3.517,8 milhões em 2022. A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 48,1% em 2023, contra 44,7% obtida em 2022.

9.7. VALOR ADICIONADO

O valor adicionado gerado pela Companhia em 2023 foi de R\$ 6.856,8 milhões, contra R\$ 5.585,0 milhões gerados em 2022, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (15,0%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (28,1%); terceiros (31,3%); e lucro aos acionistas (25,5%).

10. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em 2023, a Eletrobras Chesf teve como Auditor Independente exclusivo a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC").

Em cumprimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia exerceram somente os serviços contratados de auditoria contábil externa.

11. GESTÃO DE PESSOAS

Em 31 de dezembro de 2023, a Eletrobras Chesf contava com uma força de trabalho (quadro efetivo de pessoal) de 2.343 funcionários no quadro próprio, sendo 358 mulheres e 1.985 homens.

A taxa de rotatividade foi de 16,69%. Em 2023, houve 221 admissões e 561 desligamentos, principalmente, em razão de adesões aos Planos de Demissão Voluntária – PDV.

11.1. BENEFÍCIOS E CAPACITAÇÃO PARA EMPREGADOS

A Companhia concede aos seus funcionários próprios os seguintes benefícios, de forma voluntária e por meio de cláusulas de Acordo Coletivo de Trabalho: assistência materno infantil; assistência educacional; reembolso com despesas de uniforme e material escolar; auxílio educacional ensino superior para funcionários; convênio academia; atendimento médico e de enfermagem nos ambulatórios da Eletrobras Chesf; assistência médico-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; reembolso de medicamentos; auxílio óculos e lentes; auxílio de compra de aparelho auditivo; assistência à pessoa com deficiência; complementação de auxílio-doença; auxílio funeral; pecúlio por morte ou invalidez, decorrente de acidente de trabalho; auxílio-refeição e alimentação; vale transporte ou transporte com veículo próprio da empresa; seguro de vida em grupo; previdência privada; prorrogação de licença-maternidade; extensão de licença-paternidade; participação nos lucros e resultados.

Em 2023, o investimento em ações educacionais da Eletrobras Chesf foi de R\$ 3,2 milhões.

11.2. SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Em 2023, a Eletrobras Chesf continuou com ações já consolidadas de fortalecimento da cultura de saúde e segurança do trabalho – SST e de promoção da saúde integral dos funcionários, mas também foram lançadas iniciativas que movimentaram a Empresa para o engajamento em SST, com destaque para a capacitação qualificada para prestadores de serviço.

O Exame Médico Periódico – EMP e o Programa de Qualidade de Vida contribuíram para o controle das doenças crônicas mais prevalentes, como as doenças cardiovasculares e os cânceres de mama, próstata e colo do útero.

12. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ESG)

A Eletrobras Chesf tem fundamentado a instalação e operação de seus empreendimentos com práticas socioambientais, pautando-se pela exploração das potencialidades de recursos energéticos locais e regionais, respeitando os princípios do Desenvolvimento Sustentável e da Gestão Ambiental, em consonância com as Diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras.

Há áreas dedicadas à busca da conformidade ambiental dos empreendimentos, com equipe multidisciplinar e orçamentos específicos, além de contratos com fornecedores e consultorias especializadas para a realização dos Programas Ambientais.

A Empresa apoia e realiza iniciativas e projetos de investimento social privado de forma estratégica, com o objetivo de contribuir com a redução da desigualdade social e com o desenvolvimento sustentável de seus territórios de convivência.

Em 2023, a Companhia participou do Programa de Patrocínio das Empresas Eletrobras voltado à seleção pública de projetos desportivos e paradesportivos aprovados pela Lei de Incentivo ao Esporte, com o objetivo de contribuir para que o esporte se efetive como uma ferramenta de transformação social nas regiões de atuação da Empresa.

A área de Responsabilidade Social Empresarial e o Comitê de Gênero, Raça e Diversidade atuaram de forma unificada na Campanha de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com o intuito dos empregados, jovens aprendizes, estagiários e terceirizados refletirem sobre a proteção da infância e juventude e sobre o papel da empresa no relacionamento com a sociedade. Foram realizadas ações específicas com os motoristas e empregados condutores de veículos.

13. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Em 2023, a Eletrobras Chesf recebeu os seguintes prêmios, reconhecimentos e certificações:

- Empresa Pró Ética – Controladoria-Geral da União;
- Reconhecimento da *Childhood* Brasil pelo cumprimento de todos os requisitos estabelecidos pelo Programa Na Mão Certa;
- Manutenção da certificação na norma ISO 45001:2018, pela Certificadora Brasileira de Gestão, nas usinas de Xingó/SE, Paulo Afonso IV/BA e Boa Esperança/PI;
- Manutenção da Certificação ISO 9001:2015 em todos os processos dos seus 14 órgãos e suas Instalações que compõem o Sistema Organizacional da Operação;
- Manutenção da certificação ISO 55001:2014 pela Fundação Vanzolini, por meio da implementação e manutenção do Sistema de Gestão de Ativos de Transmissão e Geração de Energia Elétrica operados e mantidos pela Eletrobras Chesf, considerando as subestações, linhas de transmissão e parques de geração hidráulica, eólica e solar, incluindo os sistemas de automação, proteção e telecomunicações.

14. INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Eletrobras Chesf, com base no Balanço Social consolidado, são demonstrados a seguir:

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

1 - Geração e Distribuição de Riqueza		Em 2023:		6.886.975		Em 2022:		9.130.429	
Distribuição do Valor Adicionado		28,03% governo		14,19% empregados		29,39% governo		24,09% empregados	
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.		26,64% acionistas		31,14% terceiros		30,57% acionistas		15,95% terceiros	
2 - RECURSOS HUMANOS		Em 2023:				Em 2022:			
2.1 - Remuneração		Em 2023:				Em 2022:			
Folha de pagamento bruta (FPB)		784.547				964.214			
- Empregados		775.434				959.694			
- Administradores		9.113				4.520			
Relação entre a maior e a menor remuneração:									
- Empregados		27,6				34,1			
- Administradores		1,7				1,1			
2.2 - Benefícios Concedidos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL		
Encargos Sociais		184.739	23,5%	2,3%	222.870	23,1%	2,8%		2,8%
Alimentação		48.640	6,2%	0,6%	60.509	6,3%	0,8%		0,8%
Transporte		190	0,0%	0,0%	186	0,0%	0,0%		0,0%
Previdência privada		47.141	6,0%	0,6%	64.978	6,7%	0,8%		0,8%
Saúde		81.598	10,4%	1,0%	75.588	7,8%	1,0%		1,0%
Segurança e medicina do trabalho		7.501	1,0%	0,1%	11.383	1,2%	0,1%		0,1%
Educação e Creche		16.803	2,1%	0,2%	16.372	1,7%	0,2%		0,2%
Cultura		-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%		0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional		2.984	0,4%	0,0%	5.046	0,5%	0,1%		0,1%
Creches ou auxílio creche		-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%		0,0%
Participação nos lucros ou resultados		51.118	6,5%	0,6%	86.925	9,0%	1,1%		1,1%
Outros		-	0,0%	0,0%	856	0,1%	0,0%		0,0%
Total		440.714	56,2%	5,4%	544.713	56,5%	6,9%		
2.3 - Composição do Corpo Funcional		Em 2023:				Em 2022:			
Nº de empregados no final do exercício		2.343				2.694			
Nº de admissões		221				3			
Nº de demissões		561				410			
Nº de estagiários no final do exercício		1				1			
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício		116				144			
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		3.807				3.455			
Nº de empregados por sexo:									
- Masculino		1.985				2.228			
- Feminino		358				466			
Nº de empregados por faixa etária:									
- Menores de 18 anos		-				-			
- De 18 a 35 anos		266				192			
- De 36 a 60 anos		1.934				2.109			
- Acima de 60 anos		143				393			
Nº de empregados por nível de escolaridade:									
- Analfabetos		-				-			
- Com ensino fundamental		45				106			
- Com ensino médio		906				230			
- Com ensino técnico		55				791			
- Com ensino superior		979				1.143			
- Pós-graduados		358				424			
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:									
- Masculino		81,0%				77,0%			
- Feminino		19,0%				23,0%			
2.4 - Contingências e Passivos Trabalhistas:		Em 2023:				Em 2022:			
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		610				348			
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		325				518			
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		105				171			
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		292.189				0			
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL		
3.1 - Relacionamento com a comunidade		Em 2023:				Em 2022:			
Total dos investimentos em:									
Educação		-	0,0%	0,0%	1.200	0,1%	0,0%		0,0%
Cultura		80	0,0%	0,0%	2.793	0,2%	0,0%		0,0%
Saúde e infraestrutura		-	0,0%	0,0%	1.200	0,1%	0,0%		0,0%
Esporte e lazer		-	0,0%	0,0%	930	0,1%	0,0%		0,0%
Alimentação		100	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%		0,0%
Geração de trabalho e renda		-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%		0,0%
Reassentamento de famílias		-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%		0,0%
Total dos investimentos		180	0,0%	0,0%	6.123	0,4%	0,1%		0,1%
Tributos (excluídos encargos sociais)		1.562.514	77,0%	19,3%	1.219.074	72,3%	15,5%		15,5%
Compensação financeira pela utilização de recurso hídricos		210.518	10,4%	2,6%	222.458	13,2%	2,8%		2,8%
Total - Relacionamento com a comunidade		1.773.212	87,4%	21,9%	1.447.655	85,9%	18,4%		
3.2 - Interação com os Fornecedores		São exigidos controles sobre:							
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores		Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno, perigoso ou insalubre de menores de 18 anos; nem menores de dezoito anos em qualquer atividade, salvo na condição de menor aprendiz.							
4 - Interação com o Meio Ambiente		Em 2023:				Em 2022:			
		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL		
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente		25.165	12%	0,3%	10.730	0,6%	0,1%		0,1%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados		719	0,0%	0,0%	2.264	0,1%	0,0%		0,0%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade		-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%		0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade		984	0,0%	0,0%	2.361	0,1%	0,0%		0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais		628	0,0%	0,0%	3.998	0,2%	0,1%		0,1%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		4				3			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente		-				-			
Passivos e contingências ambientais		713.520	35,2%	8,8%	420.325	24,9%	5,3%		5,3%
Total da Interação com o meio ambiente		741.016	36,5%	9,1%	439.678	26,1%	5,6%		
5 - Outras informações		Em 2023:				Em 2022:			
Receita Líquida (RL)		8.113.037				7.870.267			
Resultado Operacional (RO)		2.028.535				1.686.144			

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022*(valores expressos em milhares de reais)*

ATIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.027.866	874.173
Títulos e valores mobiliários	7	252.052	386.643
Clientes	8	1.071.321	869.168
Ativo contratual transmissão	12	3.347.310	2.835.271
Remuneração de participações societárias	9	34.278	54.279
Tributos a recuperar	11	129.178	81.575
Imposto de renda e contribuição social	10	514.973	634.263
Cauções e depósitos vinculados	13	52.069	28.782
Almoxarifado		127.337	121.543
Serviço em curso		351.094	495.319
Outros		699.257	291.567
		7.606.735	6.672.583
Ativos mantidos para venda	38	-	143.622
		7.606.735	6.816.205
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	7	692.091	403.589
Tributos a recuperar	11	224.828	214.093
Cauções e depósitos vinculados	13	622.684	541.800
Ativo contratual transmissão	12	15.110.254	16.025.528
Outros		24.313	60.641
		16.674.170	17.245.651
INVESTIMENTOS			
Avaliados por equivalência patrimonial	14	5.620.160	5.633.425
Outros investimentos		17.111	17.111
		5.637.271	5.650.536
IMOBILIZADO	15	3.445.880	2.811.656
INTANGÍVEL	16	28.612.134	28.770.785
		54.369.455	54.478.628
TOTAL DO ATIVO		61.976.190	61.294.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022*(valores expressos em milhares de reais)*

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	177.582	207.407
Fornecedores	18	579.249	554.497
Tributos a recolher	11	145.822	285.739
Remuneração aos acionistas	21	373.789	592.047
Obrigações estimadas	27	428.191	557.716
Benefício pós-emprego	24	270.871	187.658
Encargos setoriais	20	179.782	353.427
Obrigações decorrentes da Lei 14.182/2021	26	886.940	597.699
Outros		48.458	41.413
		3.090.684	3.377.603
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	2.870.373	827.706
Provisões para litígios	25	3.415.279	4.208.697
Benefício pós-emprego	24	3.642.214	3.579.524
Obrigações decorrentes da Lei 14.182/2021	26	15.514.791	14.604.759
Contratos onerosos	23	484.445	90.499
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	11.766.222
Encargos setoriais	20	228.611	219.571
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	695.457	588.229
Outros		470.611	575.037
		27.321.781	36.460.244
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	29		
Capital social		19.370.176	9.753.953
Reservas de capital		4.916.199	4.916.199
Reservas de lucros		11.192.678	9.888.817
Dividendo adicional proposto		-	695.808
Outros resultados abrangentes acumulados		(3.915.328)	(3.797.791)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.563.725	21.456.986
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		61.976.190	61.294.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	31	8.113.037	7.870.267
Custos operacionais	32	(3.518.609)	(3.113.788)
RESULTADO BRUTO		4.594.428	4.756.479
Despesas operacionais	32	(1.238.574)	(2.363.212)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	34	184	228.155
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		3.356.038	2.621.422
Resultado financeiro	33	(1.734.289)	(483.281)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		1.621.749	2.138.141
Resultado das participações societárias	14.2	74.881	167.233
Outras receitas e despesas	34	245.831	(619.230)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		1.942.461	1.686.144
Imposto de renda e contribuição social correntes		(63.691)	(88.663)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(128.991)	109.946
		(192.682)	21.283
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.749.779	1.707.427
RESULTADO POR AÇÃO	30	31,30	30,54
Resultado por ação - básico (ON)		31,30	30,54
Resultado por ação - básico (PN)		31,30	30,54
Resultado por ação - diluído (ON)		31,30	30,54
Resultado por ação - diluído (PN)		31,30	30,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	1.749.779	1.707.427
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(138.686)	(240.629)
IR / CSLL diferidos	21.149	36.696
	<u>(117.537)</u>	<u>(203.933)</u>
Outros componentes do resultado abrangente do período	(117.537)	(203.933)
Total do resultado abrangente do período	<u>1.632.242</u>	<u>1.503.494</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS							PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	LEGAL	ESPECIAL	INCENTIVOS FISCAIS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	LUCROS ACUMULADOS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES
Em 31 de dezembro de 2021	9.753.953	4.916.199	660.987	7.961.877	950.143	-	-	(3.593.858)	20.649.301
Resultado atuarial com benefício pós-emprego - nota 27	-	-	-	-	-	-	-	(203.933)	(203.933)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.707.427	-	1.707.427
Constituição de reservas	-	-	82.137	168.993	64.680	-	(315.810)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	695.808	(695.808)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-	-	(695.809)	-	(695.809)
Reserva especial de dividendos não distribuídos - nota 32	-	-	-	(5.698)	5.698	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	9.753.953	4.916.199	743.124	8.125.172	1.020.521	695.808	-	(3.797.791)	21.456.986
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	(117.537)	(117.537)
Aumento de capital com AFAC	9.616.223	-	-	-	-	-	-	-	9.616.223
Ações em tesouraria	-	-	-	(96.395)	-	-	-	-	(96.395)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.749.779	-	1.749.779
Constituição de reservas	-	-	78.638	1.120.585	201.033	-	(1.376.250)	-	24.006
Juros sobre o Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-	(695.808)	-	-	(695.808)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(373.529)	-	(373.529)
Em 31 de dezembro de 2023	19.370.176	4.916.199	821.762	9.149.362	1.221.554	-	-	(3.915.328)	31.563.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
E 2022**
(valores expressos em milhares de reais)

	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		1.942.461	1.686.144
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:			
Depreciação e amortização	32	401.883	166.039
Variações monetárias líquidas	33	557.934	5.166
Encargos financeiros	33	1.327.219	624.922
Resultado da equivalência patrimonial		(74.881)	(167.233)
Outras Receitas e Despesas		-	619.230
Receitas do ativo contratual - transmissão	12-31	(2.201.144)	(2.403.532)
Provisão Atuarial		389.743	358.139
Provisões (reversões) operacionais	32.1	(180.087)	833.748
Outras		(311.655)	(4.738)
		(90.988)	31.741
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais			
Clientes		(284.221)	(91.256)
Títulos e valores mobiliários		(193.005)	1.768.174
Almoxarifado		(5.794)	(42.160)
Outros		190.758	(229.020)
		(292.262)	1.405.738
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais			
Fornecedores		24.752	159.651
Obrigações estimadas		(34.640)	12.142
Encargos setoriais		(160.540)	67.621
Outros		85.498	278.784
		(84.930)	518.198
Pagamento de encargos financeiros		(246.127)	(82.180)
Recebimento da RAP e indenizações	12	3.313.874	2.504.388
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(115.445)	(384.754)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias		122.894	182.993
Pagamento de previdência complementar		(339.910)	(245.525)
Incentivo ao desligamento		(120.404)	262.783
Pagamento de litígios	25	(206.566)	156.697
Pagamentos obrigações Lei nº 14.182/2021		(584.060)	(1.982.374)
Cauções e depósitos vinculados		5.575	(169.311)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		3.304.112	3.884.538
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos obtidos e debêntures obtidas		19.294	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures - principal		(175.294)	(175.991)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(1.287.594)	(1.394.720)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	10.607.118
Outros		(96.395)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		(1.539.989)	9.036.407
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado		(850.126)	(557.990)
Aquisição de ativo intangível		(50.809)	(10.665.045)
Infraestrutura da transmissão - ativo contratual		(709.495)	(833.499)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento		(1.610.430)	(12.056.534)
Acréscimo (redução) no caixa e equivalentes de caixa		153.693	864.411
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	874.173	9.762
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	1.027.866	874.173
		153.693	864.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS		
Venda de mercadorias, produtos e serviços	9.041.357	8.752.636
Receita de construção	709.495	833.499
Outras receitas e despesas operacionais	60.640	80.719
PECLD - Consumidores e revendedores	(86.163)	(91.181)
	<u>9.725.329</u>	<u>9.575.673</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, serviços e outros	(248.644)	(2.666.407)
Energia comprada para revenda	(244.526)	(235.667)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(1.077.079)	(948.925)
Custo de Construção	(1.044.917)	(918.099)
Provisões/Reversões operacionais	(381.940)	319.630
	<u>(2.997.106)</u>	<u>(4.449.468)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>6.728.223</u>	<u>5.126.205</u>
RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	(401.883)	(166.039)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>6.326.340</u>	<u>4.960.166</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado de equivalência patrimonial	74.881	167.233
Receitas financeiras	367.938	386.216
Outras	122	121
	<u>442.941</u>	<u>553.570</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>6.769.281</u>	<u>5.513.736</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
PESSOAL		
Remuneração direta	610.758	889.325
Benefícios	282.357	327.302
FGTS	52.214	57.206
	<u>945.329</u>	<u>1.273.833</u>
TRIBUTOS		
Federais	1.131.976	847.950
Estaduais	154.518	148.724
Municipais	11.865	15.040
	<u>1.298.359</u>	<u>1.011.714</u>
ENCARGOS SETORIAIS	<u>631.214</u>	<u>629.951</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		
Juros	2.102.227	869.497
Aluguéis	9.495	9.079
Outras	32.878	12.235
	<u>2.144.600</u>	<u>890.811</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		
Juros sobre o capital próprio	-	695.809
Dividendos adicionais propostos	-	695.808
Dividendos mínimos propostos	373.528	-
Lucros retidos	1.376.251	315.810
	<u>1.749.779</u>	<u>1.707.427</u>
	<u>6.769.281</u>	<u>5.513.736</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (“Companhia”), com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma empresa de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

As operações da Companhia contam na atividade de Geração de energia com 12 usinas hidrelétricas e 14 usinas eólicas, perfazendo uma potência instalada de 10.460,4 MW (10.460,4 MW em 2022) e na atividade de transmissão de energia o sistema é composto por 143 (137 em 2022) subestações e 22.042,9 km (21.999,3 km em 2022) de linhas de alta tensão.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica com capacidades instaladas de 15.385,0 MW (15.646,0 MW, em 2022) e 93,0 MW (93,0 MW, em 2022), respectivamente. Há também empreendimentos de transmissão compostos por 6.125,0 km (6.130,3 km em 2022) de linhas de transmissão, conforme nota 2.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 14 de março de 2024.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel, desde 01 de março de 1999, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle do referido órgão.

NOTA 2 – DESTAQUES DE 2023

2.1 – Incorporações de Ações

Em janeiro de 2023, os acionistas da Eletrobras, reunidos na 185ª Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a incorporação da totalidade das ações de emissão das controladas Chesf, CGT Eletrosul, Furnas e Eletronorte. A aprovação das Incorporações de Ações também ocorreu nas Assembleias Gerais das subsidiárias.

2.2 – Aumento de capital social

Em 31 de maio de 2023, a Companhia realizou a 193ª Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre o aumento de capital social, no montante de R\$ 9.616.222, por meio da capitalização do saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), concedido pela controladora Eletrobras, sem a emissão de novas ações.

2.3 – Pagamento JSCP

Em 27 de junho de 2023, a Companhia realizou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio para os detentores de ações da Companhia da ordem de R\$ 695.809.

2.4 – Reversão de provisão de litígios

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia registrou de reversão de provisão referente ao processo movido pela Energia Potiguar, para pagamento de indenização por força de prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010, no montante de R\$ 643.246. Esta reversão foi decorrente de decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ anulando o rejuízo das apelações e ordenou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que seja julgado o mérito da apelação.

2.5 – Programa de Demissão Voluntária - PDV

Em 21 de junho de 2023, a Companhia implantou o Plano de Demissão Voluntária 2023 (PDV 2023), no montante de R\$ 120.404, de forma incentivada e com caráter voluntário de adesão para todos os funcionários da Companhia, como instrumento de adequação do quadro de pessoal.

NOTA 3 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A Chesf detém, diretamente ou por meio de suas controladas em conjunto e coligadas, concessões de energia elétrica nos segmentos de Geração e Transmissão, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

I – Concessões e Autorizações de Geração

- Geração hidrelétrica

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW) (*)	Localização	Ano
001/2010	Belo Monte	11233,10	PA	2045
002/2008	Jirau	3750,00	RO	2043
001/2022	Xingó	3162,00	SE / AL	2052
001/2022	Paulo Afonso IV	2462,40	BA	2052
001/2022	Luiz Gonzaga (Itaparica)	1480,00	PE / BA	2052
001/2022	Sobradinho	1050,30	BA	2052
001/2022	Paulo Afonso III	794,20	BA	2052
001/2022	Paulo Afonso II	443,00	BA	2052
001/2014	Sinop	401,88	MT	2049
001/2022	Apolônio Sales (Moxotó)	400,00	AL	2052
001/2022	Boa Esperança	237,30	PI / MA	2052
001/2022	Paulo Afonso I	180,00	BA	2052
001/2022	Funil	30,00	BA	2052
001/2022	Pedra	20,01	BA	2052
006/2004	Curemas	3,52	PB	2026

(*) Informações não auditadas.

O prazo está contemplando a extensão de outorga decorrente da repactuação do risco hidrológico (Lei nº 14.052/2020), homologada pelas Resoluções ANEEL 2.919/2021 e 2.932/2021.

- Geração eólica

Contrato	Centrais Geradoras Eólicas (EOL)	Capacidade Instalada (MW) (*)	Localização	Ano
007/2010	Casa Nova I	180	BA	2043
220/2014	Casa Nova II	33	BA	2049
225/2014	Casa Nova III	28	BA	2049
388/2012	Caiçara I	27	RN	2047
399/2012	Junco I	24	RN	2047
417/2012	Junco II	24	RN	2047
418/2012	Caiçara II	18	RN	2047
219/2014	Coqueirinho II	16	BA	2049
286/2014	Tamanduá Mirim II	16	BA	2049
152/2014	Angical II	10	BA	2049
154/2014	Caititú II	10	BA	2049
174/2014	Carcará	10	BA	2049
176/2014	Corrupião III	10	BA	2049
177/2014	Caititú III	10	BA	2049
153/2014	Teiú II	8	BA	2049
150/2014	Acauã	6	BA	2049
151/2014	Arapapá	4	BA	2049
213/2014	Papagaio	10	BA	2049

A capacidade utilizada corresponde à geração média, em MW, no exercício.

A potência instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- que a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

II – Concessões de Transmissão de Energia Elétrica

- Transmissão

Linhas de Transmissão

Contrato	Índice de reajuste	Nº de subestações ¹	Km ¹	RAP Ciclo 2023/2024 (R\$)	Vencimento	
					Início	Final
061/2001	IPCA	112	19.428,5	4.730.821	2013	2043
008/2011	IPCA	5	285,8	90.111	2011	2041
019/2012	IPCA	3	60,3	61.433	2012	2042
004/2010	IPCA	4	34,3	46.339	2010	2040
017/2009	IPCA	5	95,8	42.825	2009	2039
019/2010	IPCA	7	321,0	33.739	2010	2040
007/2005	IGPM	2	208,1	30.651	2005	2035
006/2009	IPCA	3	49,0	29.806	2009	2039
018/2012	IPCA	6	207,8	23.480	2012	2042
010/2007	IPCA	2	94,5	21.666	2007	2037
010/2011	IPCA	3	65,4	19.391	2011	2041
017/2011	IPCA	2	45,6	17.825	2011	2041
012/2007	IPCA	4	316,0	16.757	2007	2037
020/2010	IPCA	2	115,0	13.629	2010	2040
008/2005	IGPM	2	119,8	13.450	2005	2035
021/2010	IPCA	2	91,3	10.962	2010	2040
018/2009	IPCA	2	144,8	10.663	2009	2039
009/2011	IPCA	2	64,1	7.853	2011	2041
005/2008	IPCA	3	110,2	6.282	2008	2038
005/2012	IPCA	4	40,6	28.013	2012	2042
014/2008	IPCA	2	145,0	9.542	2008	2038
007/2010	IPCA	1	-	15.481	2010	2040
013/2010	IPCA	1	-	15.370	2010	2040
014/2010	IPCA	1	-	9.075	2010	2040
017/2012	IPCA	2	-	16.118	2012	2042
22.043				5.321.283		

(*) Informações não auditadas.

3.3 – Controladas em conjunto e coligada - Transmissão

A Companhia detém ainda, por intermédio de suas controladas em conjunto e coligada, as seguintes concessões:

- Linhas de transmissão

Contrato	SPE	Participação	Índice de reajuste	RAP Ciclo 2023/2024	Vencimento	
					Início	Final
022/2011	Iterligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	IPCA	132.137.825	09/12/2011	09/12/2041
005/2004	STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	IGP-M	171.741.990	18/02/2004	18/02/2034
				303.879.815		

(*) Informações não auditadas.

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS®"(IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumarizadas nas notas explicativas.

4.2. Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota 5.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e os ativos mantidos para a venda que são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

4.3. Moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.4.1 – Adoção de novas normas e interpretações

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 8/CPC 23 : Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	As emendas introduziram a definição de estimativas contábeis e incluíram outras alterações para auxiliar as Companhias a distinguirem as mudanças nas estimativas contábeis de mudanças nas políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras	As emendas introduziram a substituição da divulgação de "políticas contábeis significativas" pela divulgação de "políticas contábeis materiais" e a orientação para auxiliar as entidades na aplicação da definição de "material" ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis materiais.	01/01/2023
IAS 12/CPC 32: Tributos sobre o Lucro	As emendas introduziram o requerimento do reconhecimento de um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido quando uma única transação gera diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis no mesmo momento.	01/01/2023

4.4.2 – Novas normas e interpretações não vigentes

A Companhia não espera impactos materiais nas suas demonstrações contábeis quanto às aplicações das alterações normativas emitidas abaixo, as quais tem sua adoção aplicável para o exercício iniciado em 2024:

Norma revisada	Alteração	Aplicável a partir
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas determinam que um passivo deve ser classificado como circulante se a entidade não puder adiar a liquidação por pelo menos doze meses após o período de reporte. A classificação é impactada apenas por covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do final do período de reporte, visando proporcionar orientações sobre a classificação de passivos com cláusulas contratuais.	01/01/2024
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ('Reverse factoring'), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis para outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

4.5. Investimentos em controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações contábeis, os investimentos da Companhia em sociedades controladas em conjunto e coligadas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

b) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

NOTA 5 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Clientes	Avaliação de perda esperada de créditos.
12.2	Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros.
13	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço de às obrigações de performance e previsão dos fluxos caixas.
16.1/19/26	Perdas em investimentos, Valor recuperável dos ativos de longo prazo e Contratos Onerosos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia.
27	Benefícios a empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego.
28	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais.

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Bancos	5.635	9.927
Aplicações Financeiras (a)	1.022.231	864.246
Total	1.027.866	874.173

(a) As aplicações financeiras são de liquidez imediata, substancialmente com remuneração CDI/SELIC.

Nenhum título público encontra-se classificado como caixa e equivalentes de caixa.

Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras quando possuem vencimento em até 90 dias, a contar da data de aquisição.

Admite-se que uma aplicação financeira é de curto prazo quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Os saldos de depósitos bancários e de aplicações financeiras de curto prazo com restrições que impeçam o uso generalizado desses valores não são classificados na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixas.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

Títulos	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Participações minoritárias	25	25
Fundo Exclusivo - Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT)	109.548	105.262
Operações Compromissadas - CEF	132.882	220.822
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	-	25.674
Fundo Exclusivo - Notas Tesouro Nacional (NTN-F)	-	11.741
Operações Compromissadas - BB	685	14.475
Títulos da dívida agrária - TDA	8.912	8.644
	252.052	386.643
Não Circulante		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - P	242	231
Títulos restritos		
TVM - Fundo de Energia do Nordeste - FEN	691.849	403.358
	692.091	403.589
Total	944.143	790.232

Fundo de Energia do Nordeste (FEN)

Fundo setorial, criado pela Medida Provisória nº 677/2015, convertida na Lei nº 13.182, de 03/11/2015. Os recursos que serão revertidos para o fundo correspondem à diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Companhia e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Companhia venha a possuir participação acionária de até 49% do capital próprio dessas sociedades. Considerando a sua natureza, os saldos deste fundo têm características de caixa restrito.

Prática contábil

A rubrica de títulos e valores mobiliários é constituída pelas aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa (nota 6). A Companhia historicamente, recupera seus

investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, que nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

NOTA 8 - CLIENTES

Os créditos a receber de curto e longo prazos decorrentes de operações com energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão apresentam o seguinte perfil:

	31/12/2023			31/12/2022	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Total	Total
Circulante					
Suprimento de energia	278.279	1.639	4.921	284.839	281.219
Fornecimento de energia	69.004	11.656	260.491	341.151	293.246
Disponibilização/Conexão do sistema de transmissão	482.379	49.679	177.600	709.658	560.443
Comercialização na CCEE	105.594	-	-	105.594	23.687
Parcelamento	15.498	-	-	15.498	13.924
(-) Provisão para perdas esperadas	(8.671)	(15.543)	(361.205)	(385.419)	(303.351)
Total Clientes	942.083	47.431	81.807	1.071.321	869.168

a) Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL

O aumento no suprimento de energia em 31 de dezembro de 2023 quando comparado ao mesmo período de 2022 se deve, principalmente, em função de reajustes anuais dos preços de energia e aumento no nível de despacho de energia solicitado pelo ONS para as usinas da Companhia.

b) Disponibilização/Conexão do sistema de transmissão

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

c) Energia Elétrica de Curto Prazo – CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia Elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

d) Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

A Companhia constitui e mantém provisões a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e a vencer, analisando o histórico de perdas e a expectativa da Companhia com relação a perdas esperadas sobre os créditos, cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses ativos a vencer e vencidos.

As movimentações na provisão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes:

Saldo inicial em 31 de dezembro 2022 e 2021	(303.351)	(235.795)
(+) Constituição	(90.172)	(67.556)
(-) Reversão	8.104	-
Saldo final em 31 de dezembro 2023 e 2022	(385.419)	(303.351)

Prática contábil

As contas a receber de clientes são contabilizados inicialmente pelo preço da transação e subsequentemente pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PECLD.

Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes adotando a abordagem simplificada para reconhecimento de perdas esperadas de créditos, utilizando-se de matriz de cálculo com base no relacionamento histórico das contrapartes com a Companhia e nas garantias. Em síntese, nos contratos que não têm garantias, é verificado, no cenário máximo de dois anos, a relação percentual, por cliente, entre o faturamento e o histórico de recebimentos, sendo o percentual apurado aplicado no saldo em aberto de contas a receber do cliente e registrado como perda esperada.

Adicionalmente, para os clientes com saldos renegociados, a Companhia, com base em análise individual do cliente, avalia o risco de inadimplência desses créditos, podendo a chegar ao registro em perdas esperadas de 100% do saldo em aberto, caso o risco de inadimplência seja considerado alto. A análise de crédito individual de cliente, para esses casos, leva em consideração, principalmente, o histórico da cliente, o montante envolvido, as pesquisas em entidades de proteção de créditos e a situação patrimonial do cliente.

NOTA 9 – REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Controladas em conjunto		
Vamcruz I Participações S.A.	394	-
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	12.525	21.867
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	21.359	25.058
Coligadas		
Energética Águas da Pedra S.A.	-	7.354
Total	34.278	54.279

Prática contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Companhia no capital social de suas controladas em conjunto e coligadas, vide a nota 14, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e juros de capital próprio aos seus acionistas.

NOTA 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.1 – Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		
Imposto de Renda corrente	60.285	211.045
IRPJ a compensar de anos anteriores	288.449	180.954
Contribuição Social corrente	53.885	173.708
CSLL a compensar de anos anteriores	112.354	68.556
	514.973	634.263

10.2 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não circulante		
Imposto de renda	914.393	884.744
Contribuição social	1.316.725	1.274.031
	2.231.118	2.158.775
Passivo não circulante		
Imposto de renda	1.199.672	1.126.077
Contribuição social	1.726.903	1.620.927
	2.926.575	2.747.004
Imposto de renda diferido passivo, líquido.	695.457	588.229

10.3 – Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Tributos diferidos ativos		
Provisões Operacionais	220.578	196.090
Provisão para litígios	571.354	710.503
Provisão para contratos onerosos	73.878	13.801
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	78.801	65.591
Registros ORA	704.528	683.378
Adoção inicial Lei 12.973/14	7.423	18.684
Ajustes CPC 47 - IFRS 15	523.618	420.209
<i>Impairment</i>	50.938	50.519
Total Ativo	2.231.118	2.158.775
Tributos diferidos passivos		
Ativo de contrato	1.297.452	1.493.217
Ajustes CPC 47	1.569.977	1.203.088
Adoção inicial Lei 12.973/14	17.744	7.813
Repactuação do Risco Hidrológico	40.616	42.100
Outros	786	786
Total Passivo	2.926.575	2.747.004
Tributos diferidos passivos, líquidos	695.457	588.229

Os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias da entidade.

A Companhia possui tributos diferidos (líquidos) derivados de diferenças temporárias, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

Tributos Diferidos Líquidos	
2024	(23.341)
2025	(23.341)
2026	(40)
2027	577
2028	577
Após 2028	741.025
Total	695.457

10.4 – Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
	IRPJ/CSLL	
Resultado operacional antes dos tributos	1.942.461	1.686.144
Total do IRPJ e CSLL calculado às Alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(660.437)	(573.289)
Efeitos de adição de exclusões:		
Doações	(496)	(2.415)
Previdência Privada (Art. 373 dec 9.580/2028)	105.485	102.300
Impairment / contrato oneroso	134.874	17.646
Provisões	290.191	318.297
Equivalência patrimonial	25.459	56.859
Adoção inicial Lei 12.973/2014	1.225	1.225
Receita finan. Ativo de contrato	304.959	110.799
Amortização GSF	3.308	4.058
Diferença CPC 47 x Ifric 12	(574.203)	(315.377)
Despesas com juros IFRS 16]	(75)	(75)
JCP	-	236.575
Incentivos fiscais	177.028	64.680
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(192.682)	21.283
Alíquota efetiva	9,92%	-1,26%

a) Incentivos Fiscais

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores

prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf detém o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

Sobre os contratos de concessões da geração hídrica (UHE Paulo Afonso I, II, III e IV; UHE Apolônio Sales; UHE Funil; UHE Luiz Gonzaga; UHE Pedra; e UHE Xingó) têm o direito ao incentivo da redução concedido para os anos de 2018 a 2027; as UHE Sobradinho, UHE Boa Esperança e UHE Curemas têm o direito para o período de 2019 a 2028; Os contratos de geração eólica EOL Casa Nova II e EOL Casa Nova III têm o direito ao incentivo da redução concedido para o período de 2019 a 2028; Os contratos de transmissão 008/2005, 010/2007, 014/2008, 017/2011 e 018/2009 tem o direito ao incentivo da redução concedido para o período de 2020 a 2029. Os Contratos de Transmissão nº 005/2008, 006/2009; 007/2005; 007/2010; 010/2011; 012/2007; 017/2009; 018/2012; 019/2010; 019/2012; 020/2010; 014/2010; 006/2004 e 021/2010 têm o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto para o período de 2018 a 2027. Os Contratos de Transmissão números 009/2011, 013/2010 e 061/2001 tem o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto para o período de 2019 a 2028.

Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais, são objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Em virtude de trabalho de otimização tributária que vem sendo realizado, a Companhia incrementou o incentivo fiscal de Redução de 75% do imposto de renda. Esse benefício foi possível em consequência da análise minuciosa das receitas líquidas incentivadas da Companhia de acordo com os laudos obtidos junto à Sudene e ratificados pela Receita Federal do Brasil em seus atos concessórios.

Para o ano de 2023 a Companhia registrou incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, na ordem de R\$ 177.028.

10.5 – Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31/12/2023	31/12/2022
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(138.686)	(240.629)
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	21.149	36.696

Prática Contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de renda e a Contribuição Social corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 6,25% (devido ao incentivo fiscal que reduz o IRPJ em 75%) para imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro, ambos sobre o lucro tributável, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício (quando aplicável).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças ente as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja sendo disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas e sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em

controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos créditos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados, a Companhia projeta seus fluxos de caixa futuro considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico.

NOTA 11 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Ativo circulante		Passivo circulante	
IRRF	106.728	61.974	28.341	148.575
CSRF	9.198	7.473	1.654	1.293
PIS/COFINS	4.050	4.050	58.955	50.784
ICMS	-	-	8.045	262
INSS/FGTS	-	-	35.729	73.118
ISS	-	-	11.971	10.115
Outros	9.202	8.078	1.127	1.592
	129.178	81.575	145.822	285.739
	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
PIS/COFINS	224.559	214.056	-	-
ICMS	269	37	-	-
	224.828	214.093	-	-
	354.006	295.668	145.822	285.739

NOTA 12 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021	18.860.799	18.128.156
Receita de construção	709.311	605.344
Receita financeira	2.201.144	2.403.532
Remensurações regulatórias - Transmissão	184	228.155
Amortização	(3.313.874)	(2.504.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022	18.457.564	18.860.799
Circulante	3.347.310	2.835.271
Não Circulante	15.110.254	16.025.528

A Companhia utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital – WACC da Eletrobras, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Companhia compara o saldo do ativo de cada contrato com o fluxo previsto de RAPs futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, 7,06% ao ano, para os contratos renovados, e 7,34% para os licitados.

Os saldos dos contratos são atualizados (Atualização monetária) substancialmente pelo IPCA, exceto para os contratos 007/2005 e 008/2005, que são atualizados pelo IGPM.

Em junho de 2022, a SGT/ANEEL publicou a Nota Técnica nº 085/2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE. A produção de efeitos dessa Nota Técnica depende de adequada instrução processual para que

o mérito seja analisado pela diretoria colegiada da ANEEL. A Companhia continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Em julho de 2023, a ANEEL, por meio da Resolução nº 3.216/2023, homologou os valores das RAPs da Companhia para o ciclo 2023/2024, totalizando o valor de R\$ 5.301.210.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R\$ 9.964.910 correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE – Rede Básica do Sistema Existente, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O fluxo estimado pela Companhia para o recebimento das RAPs relativas à RBSE está demonstrado, por ciclo, no quadro a seguir:

2023-2024	2024-2025	2025-2026	2026-2027	2027-2028	2028-2029	Total
2.204.052	2.571.964	2.571.964	2.571.964	2.571.964	2.571.964	15.063.872

Prática contábil

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Seguindo o CPC 47/IFRS 15, os direitos da entidade às contraprestações originadas de obrigações de desempenho concluídas, cujo direito efetivo do recebimento está condicionado ao cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser classificados como ativos de contrato, que a Companhia identifica como Ativo Contratual, no balanço patrimonial.

Para desenvolver as atividades de construção da infraestrutura de transmissão e operá-la e mantê-la – O&M, no âmbito dos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual Permitida – RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, calculado pela ANEEL, quando previstos contratualmente.

Para fins de registros contábeis, a Companhia, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros desejadas para essas atividades, separa a RAP, estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de Construção e a parcela da RAP destinada à remuneração da atividade Operação e Manutenção – O&M.

As margens de lucratividade desejadas são formadas com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletrobras, nos riscos de atrasos nas obras e nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica.

À medida que a construção do empreendimento de transmissão evolui, a Companhia reconhece, na rubrica de ativo o contratual, em contrapartida a receita de construção, os valores das RAPs relativas à construção do empreendimento de transmissão e o saldo residual, quando previsto contratualmente, na proporção da execução do projeto. O ativo contratual da transmissão corresponde, portanto, aos valores das RAPs, relativas à construção, e o saldo residual, quando previsto contratualmente, que serão recebidos futuramente, trazidos a valor presente, na proporção da execução do projeto.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

O ativo contratual é atualizado mensalmente pelos juros implícitos, com base na taxa de desconto de cada contrato, e pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAPs.

As Receitas Anuais Permitidas – RAPs dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL – RTP, que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAPs futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Companhia remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remensurações Regulatórias – Contratos de Transmissão.

O direito efetivo de recebimento dos fluxos de caixas (RAPs) relativos à construção está condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho contratual, a de operar e manter a infraestrutura, por isso a amortização do ativo contratual (reclassificação para o contas a receber de clientes) ocorre à medida que a Companhia cumpre as obrigações mensais de operar e manter a infraestrutura, que ocorre no período compreendido entre a finalização da implantação do empreendimento de transmissão e o final da concessão.

À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura são satisfeitas, a Companhia reconhece, na rubrica de contas a receber de clientes, em contrapartida a receita de operação e manutenção – O&M, os valores das RAPs relativas à operação e manutenção dos empreendimentos de transmissão. O reconhecimento direto em contas a receber de clientes, sem transitar no ativo contratual, é possível, pois o direito de recebimento de RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

Estimativas e julgamentos críticos

As margens de lucratividade, que formam as receitas de construção e de O&M, são constituídas pelo custo médio ponderado de capital - WACC da Companhia, pelos riscos de atrasos nas obras, pelas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na identificação das taxas de remuneração.

A Companhia, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros para essas atividades, segrega a RAP estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de construção e (ii) a parcela da RAP destinada à remuneração da atividade Operação e Manutenção – O&M.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

NOTA 13 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Cauções e outros depósitos vinculados	52.069	28.782
	52.069	28.782
Ativo não circulante		
Cíveis	419.269	367.688
Trabalhistas	132.455	152.837
Tributárias	150.040	132.360
(-) Provisão - Depósitos judiciais	(181.035)	(241.902)
Cauções e outros depósitos vinculados	101.955	130.817
	622.684	541.800
	674.753	570.582

Prática contábil

Os depósitos judiciais são mensurados inicialmente pelos seus valores nominais e subsequentemente atualizados monetariamente por índices determinados pelos tribunais de justiça, que variam em função da natureza da ação judicial. A redução do saldo ocorre quando há levantamentos de depósitos, seja pela empresa ou pela contraparte.

NOTA 14 - INVESTIMENTOS

	31/12/2023	31/12/2022
Controlada em conjunto		
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	264.072	269.217
Energia Sustentável do Brasil S.A.	1.790.618	1.781.776
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	980.915	913.930
Norte Energia S.A.	1.691.333	1.818.955
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	543.270	502.090
Vamcruz I Participações S.A.	131.599	130.332
Companhia Energética SINOP S.A.	319.539	333.060
	5.721.346	5.749.360
(-) Provisão para perdas em investimentos	(101.186)	(115.935)
Outras participações	229	229
Outros investimentos		
Bens e direitos para uso futuro	15.791	15.791
Outros	1.091	1.091
	16.882	16.882
Total	5.637.271	5.650.536

14.1 – Perdas estimadas em investimentos

A Companhia estima o valor recuperável de seus investimentos com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, dos dois o maior, de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para os casos em que tenha havido alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Custos e Despesas Operacionais considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados;
- Cenário Macroeconômico e Balanço Energético alinhados às projeções de mercado;
- Impostos e taxas regulatórias vigentes;
- Saldos das Dívidas e Custos de Financiamento de acordo com os contratos;
- Custo de Capital Próprio - Taxa de desconto ao ano (após os impostos) específica para cada SPE, respeitando o risco setorial, a estrutura de capital e o custo da dívida de cada uma.

Em decorrência dos testes de perdas estimadas, o investimento na Norte Energia S.A. apresentou valor em uso inferior ao patrimônio líquido desta SPE, acarretando o registro de provisão no valor de R\$ 101.186. Para os demais investimentos, o valor em uso ficou superior ao valor do patrimônio líquido, acarretando o registro de reversão de R\$ 115.935.

O saldo das perdas estimadas em investimentos é demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	(46.096)
Companhia Energética SINOP S.A.	-	(69.839)
Norte Energia S.A.	(101.186)	-
Total	(101.186)	(115.935)

14.2 – Mutação dos investimentos

Participações societárias e outros investimentos	Saldo em 31/12/2022	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Provisão/Reversão	Outros	Saldo em 31/12/2023	
Controladas em conjunto							
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	269.217	(52.145)	47.000	-	-	264.072	
Jirau Energia S.A.	1.781.776	-	8.842	-	-	1.790.618	
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	913.930	(33.923)	100.908	-	-	980.915	
Norte Energia S.A.	1.818.955	-	(127.622)	-	-	1.691.333	
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	502.090	(16.433)	57.613	-	-	543.270	
Vamcruz I Participações S.A.	130.332	(394)	1.661	-	-	131.599	
Companhia Energética SINOP S.A.	333.060	-	(13.521)	-	-	319.539	
Avaliadas ao custo							
Outras participações	229	-	-	-	-	229	
Provisão para perdas em investimentos							
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	(46.096)	-	-	46.096	-	-	
Companhia Energética SINOP S.A.	(69.839)	-	-	69.839	-	-	
Norte Energia S.A.	-	-	-	(101.186)	-	(101.186)	
Outros	16.882	-	-	-	-	16.882	
Total	5.650.536	(102.895)	74.881	14.749	-	5.637.271	
Participações societárias e outros investimentos							
	Saldo em 31/12/2021	Transferência para ativo mantido para venda	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Provisão/Reversão	Outros	Saldo em 31/12/2022
Controladas em conjunto							
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	258.272	-	(52.964)	63.909	-	-	269.217
Jirau Energia S.A.	1.802.622	-	-	(20.846)	-	-	1.781.776
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	860.198	-	(61.799)	115.531	-	-	913.930
Norte Energia S.A.	1.916.057	-	-	(97.102)	-	-	1.818.955
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	413.106	-	(7.415)	96.399	-	-	502.090
Vamcruz I Participações S.A.	131.625	-	588	(1.881)	-	-	130.332
Companhia Energética SINOP S.A.	352.078	-	-	(19.018)	-	-	333.060
Coligadas							
Energética Águas da Pedra S.A.	145.724	(143.388)	(32.577)	30.241	-	-	-
Avaliadas ao custo							
Outras participações	481	(234)	-	-	-	(18)	229
Provisão para perdas em investimentos							
Energia Sustentável do Brasil S.A.	(154.809)	-	-	-	154.809	-	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	(155.205)	-	-	-	109.109	-	(46.096)
Companhia Energética SINOP S.A.	(177.450)	-	-	-	107.611	-	(69.839)
Outros	16.882	-	-	-	-	-	16.882
Total	5.409.581	(143.622)	(154.167)	167.233	371.529	(18)	5.650.536

14.3 - Resumo das Demonstrações Contábeis das Empresas Controladas em Conjunto e Coligada

	31/12/2023									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	198.963	637.106	836.069	53.777	243.371	538.921	836.069	142.796	95.918
Jirau Energia S.A.	20,00%	1.450.472	18.666.697	20.117.169	1.136.429	10.027.652	8.953.088	20.117.169	3.378.906	44.213
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	1.022.813	6.293.140	7.315.953	578.744	2.733.476	4.003.733	7.315.953	712.294	411.868
Norte Energia S.A.	15,00%	1.773.469	41.373.463	43.146.932	2.354.484	29.534.358	11.258.090	43.146.932	5.764.413	(850.814)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	143.145	1.371.263	1.514.408	67.257	338.432	1.108.719	1.514.408	226.921	117.578
Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	30.416	489.590	520.006	72.728	178.710	268.568	520.006	66.749	3.390
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	210.141	2.706.715	2.916.856	143.063	1.469.551	1.304.242	2.916.856	341.162	(55.189)
Total		4.829.419	71.537.974	76.367.393	4.406.482	44.525.550	27.435.361	76.367.393	10.633.241	(233.036)

Obs.: Data-base das demonstrações contábeis 31/12/2023, exceto, STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., cuja demonstração possui data-base em 30/11/2023.

	31/12/2022									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	160.390	689.250	849.640	41.291	258.928	549.421	849.640	179.805	130.426
Jirau Energia S.A.	20,00%	1.210.513	19.354.405	20.564.918	1.058.167	10.597.876	8.908.875	20.564.918	3.116.478	(104.235)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	763.990	6.374.033	7.138.023	344.168	2.961.254	3.832.601	7.138.023	759.454	471.557
Norte Energia S.A.	15,00%	1.760.261	41.691.006	43.451.267	2.254.754	29.070.142	12.126.371	43.451.267	5.565.305	(647.345)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	171.098	1.322.191	1.493.289	43.559	378.616	1.071.114	1.493.289	175.996	198.546
Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	25.540	493.890	519.430	74.924	178.523	265.983	519.430	70.297	(3.839)
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	214.084	2.768.719	2.982.803	137.850	1.485.522	1.359.431	2.982.803	309.785	(77.624)
Coligadas										
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	190.568	645.196	835.764	102.228	148.278	585.258	835.764	303.890	147.501
Total		4.496.444	73.338.690	77.835.134	4.056.941	45.079.139	28.699.054	77.835.134	10.481.010	114.987

Obs.: Data-base das demonstrações contábeis 31/12/2022, exceto, STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., cuja demonstração possui data-base em 30/11/2022.

14.4 – Capital Circulante Líquido de Controladas em Conjunto

Em 31 de dezembro de 2023, as SPEs Norte Energia S.A. e Vamcruz I Participações S.A., apresentaram em seu balanço, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 581.015 (R\$ 494.493 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 42.312 (R\$ 49.384 em 31 de dezembro de 2022), respectivamente. No entanto, a continuidade operacional dessas SPEs não tem necessidade de aporte de capital, pois possui capacidade de fluxo de caixa para reverter a situação momentânea do Capital Circulante Líquido negativo.

Prática contábil

A Companhia avalia seus investimentos em controladas em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, e os outros investimentos pelo custo.

Estimativas e julgamentos críticos

Perdas em investimentos

Para fins de teste de recuperabilidade de seus investimentos, a Companhia admite como valor recuperável o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para os testes de impairment dos ativos que a Companhia iniciou estudos para negociação, ainda não caracterizados contabilmente como disponível para venda, o valor recuperável representa a média dos valores das propostas, ainda não vinculantes, recebidas dos possíveis interessados.

NOTA 15 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões e ativos corporativos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a.	2,00%	2,50%	4,50%			3,50%	5,80%	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	426.704	59.906	1.788.285	(234.734)	654.808	9.467	107.220	2.811.656
Custo	825.482	527.985	2.895.813	-	654.808	10.791	320.415	5.235.294
Depreciação Acumulada e Impairment	(398.778)	(468.079)	(1.107.528)	(234.734)	-	(1.324)	(213.195)	(2.423.638)
Adição /Constituição	-	-	-	(47.204)	850.128	-	-	802.924
Baixas / Reversões	(2)	(85)	(7.009)	-	-	-	(5.664)	(12.760)
Depreciação	(7.116)	(6.977)	(119.414)	-	-	(98)	(22.335)	(155.940)
Transferências	4.938	49.296	111.508	-	(298.822)	-	133.080	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	424.524	102.140	1.773.370	(281.938)	1.206.114	9.369	212.301	3.445.880
Custo	830.418	575.932	2.989.142	-	1.206.114	10.791	444.951	6.057.348
Depreciação Acumulada e Impairment	(405.894)	(473.792)	(1.215.772)	(281.938)	-	(1.422)	(232.650)	(2.611.468)

	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a.	2,00%	2,50%	4,50%			4,79%	6,05%	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.058	63.535	1.337.448	(257.579)	859.005	9.564	250.562	2.277.593
Custo	409.272	524.256	2.353.502	-	859.005	10.791	453.747	4.610.573
Depreciação Acumulada e Impairment	(394.214)	(460.721)	(1.016.054)	(257.579)	-	(1.227)	(203.185)	(2.332.980)
Adição /Constituição	-	-	-	22.845	557.990	-	-	580.835
Baixas / Reversões	-	(1.215)	(164)	-	-	-	(709)	(2.088)
Depreciação	(4.563)	(8.873)	(106.739)	-	-	(97)	(17.430)	(137.702)
Transferências	416.209	6.459	332.774	-	(762.187)	-	6.745	-
Efeitos da Lei 14.182/2021	-	-	224.966	-	-	-	(131.948)	93.018
Saldo em 31 de dezembro de 2022	426.704	59.906	1.788.285	(234.734)	654.808	9.467	107.220	2.811.656
Custo	825.482	527.985	2.895.813	-	654.808	9.564	320.415	5.234.067
Depreciação Acumulada e Impairment	(398.778)	(468.079)	(1.107.528)	(234.734)	-	(97)	(213.195)	(2.422.411)

Maiores informações sobre o *impairment* podem ser observadas em maiores detalhes na nota 17.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 19.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia quando estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor

residual desses ativos ao final das concessões. A Companhia considera que a vida útil estimada pela ANEEL para os itens do imobilizado expressam adequadamente o tempo de vida útil dos bens, por isso adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL.

A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Companhia não está classificada no Imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide a nota 13.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados também linearmente, pelos prazos contratuais de arrendamentos.

NOTA 16 – INTANGÍVEL

	Direito de Exploração	Software	Servidões	Intangível em curso	Impairment	Total
Taxa média de amortização a.a.	3,30%	20,00%				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.596.838	41.058	522	183.910	(51.543)	28.770.785
Custo	28.628.675	154.897	522	183.910	-	28.968.004
Amortização Acumulada e Impairment	(31.837)	(113.839)	-	-	(51.543)	(197.219)
Adição /Constituição	-	(618)	-	45.136	44.464	88.982
Amortizações	(238.618)	(9.015)	-	-	-	(247.633)
Transferências	-	174.833	-	(174.833)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.358.220	206.258	522	54.213	(7.079)	28.612.134
Custo	28.628.685	329.670	522	54.213	-	29.013.090
Amortização Acumulada e Impairment	(270.465)	(123.412)	-	-	(7.079)	(400.956)

	Direito de Exploração	Software	Servidões	Intangível em curso	Impairment	Total
Taxa média de amortização a.a.	3,30%	20,00%				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	287.996	19.800	522	148.231	-	456.549
Custo	290.905	132.639	522	148.231	-	572.297
Amortização Acumulada e Impairment	(2.909)	(112.839)	-	-	-	(115.748)
Adição /Constituição	28.337.781	-	-	57.928	(65.505)	28.330.204
Baixas / Reversões	-	-	-	-	13.962	13.962
Amortizações	(28.939)	(989)	-	-	-	(29.928)
Transferências	-	22.247	-	(22.249)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.596.838	41.058	522	183.910	(51.543)	28.770.785
Custo	28.628.675	154.897	522	183.910	(51.543)	28.916.461
Amortização Acumulada e Impairment	(31.837)	(113.839)	-	-	-	(145.676)

O saldo de concessões é composto pelos valores da repactuação do risco hidrológico e as adições provenientes dos novos contratos de concessão assinados em junho de 2022.

Os intangíveis provenientes dos novos contratos de concessão, cujo regime de exploração previsto nos contratos originais era de Produção Independente de Energia – PIE, são amortizados de forma linear, iniciado a partir de julho de 2022 até junho de 2052. Os novos contratos de concessão, cujo regime era de cotas de garantia física, serão amortizados, entre janeiro de 2023 e junho de 2052, na proporção da redução imposta pela restrição do direito de livre comercialização de energia, estabelecida pela Resolução CNPE nº 015/2021 (cotas de garantia física).

O fluxo de amortização das novas concessões se dará da seguinte forma:

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2051	2052
	228.884	428.617	628.349	828.082	1.027.815	513.907

Prática contábil

O intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo e subsequentemente deduzido pela amortização e pela perda por redução do valor recuperável.

O intangível da Companhia é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica nos termos dos novos contratos de outorga, em conexão com o processo de desestatização da Eletrobras, ocorrido em 2022.

NOTA 17 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano, após os impostos, específica para os segmentos testados: 5,81% e 6,53% para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDAM/SUDENE, respectivamente levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 5,81% e 6,53%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Em dezembro de 2023, mediante os efeitos da capitalização da Eletrobras sobre as receitas e ativos das Unidades Geradoras de Caixa (UCG) participantes do regime de cotas da Companhia, foram identificadas circunstâncias que exigiram a aplicação do teste de recuperabilidade para esses ativos, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36), observou-se indicativo de registro de provisão para as UCGs Funil e Pedra, devido, principalmente, à redução da garantia física dessas usinas.

Seguem abaixo as posições de perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (impairment) no exercício:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Geração	Administração	Total	Geração	Administração	Total
Imobilizado	(281.939)	-	(281.939)	(234.734)	-	(234.734)
Intangível	(7.078)	-	(7.078)	(51.543)	-	(51.543)
Total	(289.017)	-	(289.017)	(286.277)	-	(286.277)

A movimentação das estimativas para perda por irrecuperabilidade é como segue:

Unidade geradora de caixa	31/12/2022	Adições	Reversões	31/12/2023
Casa Nova	(55.696)	(31.520)	-	(87.216)
Casa Nova (B a G)	(179.038)	-	-	(179.038)
Funil e Pedra	(51.543)	-	29.696	(21.847)
Curemas	-	(916)	-	(916)
Total	(286.277)	(32.436)	29.696	(289.017)

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros. A avaliação é realizada por Unidade Geradora de Caixa – UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

Estimativas e julgamentos críticos

O valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Estimativas e julgamentos críticos

O valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

NOTA 18 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Bens Materiais e Serviços	485.929	469.316
Encargos de uso de rede elétrica	93.320	85.181
	579.249	554.497
Total	579.249	554.497

Prática contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Chesf é divulgada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda Nacional				
Eletrobras	24.188	2.150.000	-	-
Mercado de capitais	23.406	115.247	18.740	132.155
Bancos de fomento	86.539	605.126	113.732	669.841
Mercado bancário	43.449	-	74.935	25.710
	177.582	2.870.373	207.407	827.706

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou os seguintes eventos:

- quitação de obrigações financeiras advindas do serviço da dívida no montante de R\$ 392.666;
- conversão de parte do AFAC em debêntures da ordem de R\$ 2.150.000; concedido pela controladora Eletrobras, com juros remuneratórios correspondentes a 13,50%, cuja amortização será integralmente efetuada ao final do prazo de 10 anos contados a partir da assinatura do instrumento.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo	Taxa de juros	Saldo	Taxa de juros
Moeda nacional				
CDI	43.448	13,65%	100.645	12,38%
IPCA	366.685	4,18%	382.607	10,00%
TJLP	198.064	7,28%	231.753	7,20%
Outros	265.570	-	320.108	-
	873.767		1.035.113	
Não Indexado	2.174.188	13,50%	-	-
	3.047.955		1.035.113	

19.1 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Saldo inicial em 31 de dezembro 2022 e 2021	1.035.113	1.189.646
Efeito no fluxo de caixa:		
Captação	19.294	-
Juros Pagos	(217.372)	(93.378)
Amortização do Principal	(175.294)	(164.793)
Custos de transação apropriado	916	744
Efeito não caixa		
Juros, encargos, Variações monetária e incorridos	235.298	102.894
Conversão de AFAC em Debêntures	2.150.000	-
Saldo final em 31 de dezembro 2023 e 2022	3.047.955	1.035.113

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
177.582	106.933	113.059	118.107	117.871	2.414.403	3.047.955

19.2 - Garantias

O montante garantido para as controladas em conjunto é de R\$ 75.640, em 31 de dezembro de 2023, e é apresentado no quadro abaixo.

Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2023	Término da Garantia
UHE Sinop	75.640	15/06/2032

19.3 – Obrigações Assumidas - Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais covenants são referentes a: (i) dívida líquida sobre EBITDA, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), (iii) garantias corporativas, (iv) requisitos para alteração de controle societário e (v) limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	133.819	294.686
Quota RGR	3.081	2.975
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	37.710	42.837
Quota PROINFA	-	8.785
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	5.172	4.144
	179.782	353.427
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	228.611	219.571
	228.611	219.571
Total	408.393	572.998

20.1. Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

20.2. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

20.3. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 6,75% que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos.

20.4. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional - SIN, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. A partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

20.5. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em projetos de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

20.6. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos, e sua gestão é exercida pela Aneel.

Prática contábil

A Companhia reconhece como obrigações a recolher os encargos setoriais calculados com base na receita bruta do período, de acordo com os percentuais estabelecidos pelas leis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita líquida, como redutores da receita bruta.

NOTA 21 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	31/12/2023	31/12/2022
JCP do exercício de 2022	-	591.811
Dividendos do exercício de 2023	373.528	-
Dividendos não reclamados	261	236
Total	373.789	592.047

Prática contábil

A Companhia possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de Reserva especial de dividendos não distribuídos, até a aprovação em Assembleia Geral.

NOTA 22 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia apresenta no passivo não circulante, valores correspondentes a AFAC, conforme movimentação abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021	11.766.222	-
Adições	-	11.766.222
Capitalizações (nota 29)	(9.616.222)	-
Conversão em debêntures (nota 19)	(2.150.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022	-	11.766.222

Prática contábil

Os recursos recebidos da Eletrobras, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, são classificados no passivo não circulante quando a totalidade das condições para a integralização desses recursos no capital social da Companhia não estiverem satisfeitas, principalmente no que se relaciona com a quantidade de ações.

Após o período de um ano, os adiantamentos para futuro aumento de capital não integralizados passam a ser atualizados por indexador estabelecido contratualmente.

NOTA 23 – CONTRATO ONEROSO

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Saldo em 31/12/2023
Geração			
Jirau	90.499	377.109	467.608
Sinop	-	10.155	10.155
UHE Pedra	-	4.136	4.136
Alpek	-	2.546	2.546
Total	90.499	393.946	484.445

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Saldo em 31/12/2022
Geração			
Jirau	67.298	23.201	90.499
Total	67.298	23.201	90.499

A variação no contrato oneroso da comercialização da compra de energia de Jirau foi decorrente de testes realizados no período, à taxa de 5,81%, considerando os períodos de vigência dos respectivos contratos, e, principalmente devido à variação de preços do Ambiente de Contratação Livre – ACL, impactando o fluxo de caixa descontado do referido contrato de compra de energia.

Prática contábil

No processo de teste de impairment dos ativos da Companhia, se verificado contratos de concessão cujos custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo contrato, a diferença é registrada no passivo, como provisão de contrato oneroso, e na demonstração de resultados, no grupo de provisões operacionais

Estimativas e julgamentos críticos

Para a projeção dos benefícios econômicos, a Companhia se baseia, principalmente, nos preços futuros de venda de energia elétrica

NOTA 24 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

24.1 – Benefícios pós emprego

A Chesf oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos – BD, Contribuição Definida – CD e Benefício Saldado – BS.

O plano de benefício definido previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial dos fundos de pensão para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados.

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Planos de benefícios previdenciários	270.871	187.658
Total	270.871	187.658
Não Circulante		
Planos de benefícios previdenciários	3.642.214	3.579.524
Total	3.642.214	3.579.524

24.1.1 Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2023			Total
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	4.772.349	1.699.909	3.523.433	9.995.691
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)				
Valores Disponíveis Imediatos	660	54	225	939
Realizáveis	102.663	43.823	103.416	249.902
Investimentos em Renda Fixa	1.973.920	1.455.363	3.117.432	6.546.715
Investimentos em Renda Variável	348.942	249.388	752.490	1.350.820
Investimentos Imobiliários	16.054	8.113	26.703	50.870
Investimentos Estruturados	145.873	112.261	131.047	389.181
Empréstimos e Financiamentos	95.089	14.869	55.654	165.612
Fundo coletivo de benefício de risco	32.714	-	-	32.714
(-) Recursos a receber do patrocinador e participante	-	-	(1.845.873)	(1.845.873)
(-) Exigíveis Operacionais	(57.145)	(4.582)	(33.584)	(95.311)
(-) Exigíveis Contingenciais	(69.075)	-	-	(69.075)
(-) Fundos de Investimentos	(37.897)	(9.783)	(12.978)	(60.658)
(-) Fundos Administrativos	(102.663)	(43.823)	(103.416)	(249.902)
(-) Fundos Previdenciário	-	-	(51.468)	(51.468)
Total do ativos	2.449.135	1.825.683	2.139.648	6.414.466
Superávit Não Recuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	125.774	-	125.774
Contrato de Dívida Já reconhecido	-	206.086	-	206.086
Passivo (Ativo) líquido	2.323.214	206.086	1.383.785	3.913.085

	31/12/2022			Total
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	4.565.969	1.631.042	2.995.631	9.192.642
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)				
Valores Disponíveis Imediatos	740	54	227	1.021
Realizáveis	86.424	35.516	85.694	207.634
Investimentos em Renda Fixa	1.926.979	1.306.919	2.933.292	6.167.190
Investimentos em Renda Variável	240.859	130.203	637.613	1.008.675
Investimentos Imobiliários	13.119	-	4.608	17.727
Investimentos Estruturados	150.206	232.680	292.213	675.099
Empréstimos e Financiamentos	124.610	22.042	78.708	225.360
(-) Recursos a receber do patrocinador e participante	-	-	(2.363.764)	(2.363.764)
(-) Exigíveis Operacionais	(55.991)	(6.298)	(15.215)	(77.504)
(-) Exigíveis Contingenciais	(90.078)	-	-	(90.078)
(-) Fundos de Investimentos	(403)	(8.850)	(11.622)	(20.875)
(-) Fundos Administrativos	(86.424)	(35.516)	(85.694)	(207.634)
(-) Fundos Previdenciais	-	-	(20.691)	(20.691)
Total do ativos	2.310.041	1.676.750	1.535.369	5.522.160
Superávit Não Recuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	45.708	-	45.708
Contrato de Dívida Já reconhecido	-	50.992	-	50.992
Passivo (Ativo) líquido	2.255.928	50.992	1.460.262	3.767.182

Demonstração do Resultado - Planos Previdenciários	31/12/2023			Total
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	
Custo de serviço corrente	(187)	-	11.331	11.144
Custo de juros líquidos	226.638	-	151.961	378.599
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	226.451	-	163.292	389.743

Demonstração do Resultado - Planos Previdenciários	31/12/2022			Total
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	
Custo de serviço corrente	(117)	-	11.564	11.447
Custo de juros líquidos	203.867	-	120.146	324.013
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	203.750	-	131.710	335.460

a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	31/12/2023			Total
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	4.565.969	1.631.042	2.995.631	9.192.642
Custo de serviço corrente	(188)	-	11.331	11.143
Juros sobre a obrigação atuarial	448.496	161.822	299.821	910.139
Benefícios pagos no ano	(491.685)	(135.456)	(236.127)	(863.268)
Contribuições Normais do Participante	63	-	-	63
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	249.694	42.501	452.777	744.972
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	249.694	42.501	452.777	744.972
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	4.772.349	1.699.909	3.523.433	9.995.691

	31/12/2022			Total
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	4.780.604	1.651.752	2.995.032	9.427.388
Custo de serviço corrente	(117)	-	11.563	11.446
Juros sobre a obrigação atuarial	431.000	152.066	280.218	863.284
Benefícios pagos no ano	(487.144)	(125.878)	(235.394)	(848.416)
Contribuições Normais do Participante	189	-	-	189
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(158.563)	(46.898)	(55.788)	(261.249)
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(158.563)	(46.898)	(55.788)	(261.249)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	4.565.969	1.631.042	2.995.631	9.192.642

b) Valor justo dos ativos do plano

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos em empreendimentos imobiliários, para aluguel e renda, são determinados pelo método comparativo direto de dados de mercado, com a adoção dos procedimentos matemáticos recomendados pelas NBR-14653-1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro 2022	2.310.042	1.676.751	1.535.369	5.522.162
Benefícios pagos durante o exercício	(491.685)	(135.456)	(236.127)	(863.268)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	63	-	-	63
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	295.372	28.634	58.520	382.526
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	221.858	169.904	147.860	539.622
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	113.486	85.850	634.028	833.364
Saldo final em 31 de dezembro 2023	2.449.136	1.825.683	2.139.650	6.414.469

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021	2.535.401	1.729.496	1.753.188	6.018.085
Benefícios pagos durante o exercício	(487.144)	(125.878)	(235.394)	(848.416)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	189	-	-	189
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	124.651	62.205	-	186.856
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	227.133	159.684	160.072	546.889
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(90.188)	(148.756)	(142.497)	(381.441)
Saldo final em 31 de dezembro 2022	2.310.042	1.676.751	1.535.369	5.522.162

24.1.2 Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

	Hipóteses Econômicas	
	31/12/2023	31/12/2022
Plano BD:		
Taxa de Desconto	5,33%	6,10%
Inflação	3,50%	4,00%
Taxa de Crescimento Real dos Salários	0,91%	1,25%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios	Nula	Nula
Fator de Capacidade Benefícios e Salários	98,00%	98,00%
Duration	7,01	7,16
Plano BS:		
Taxa de Desconto	5,35%	6,11%
Inflação	3,50%	4,00%
Taxa de Crescimento Real dos Salários	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios	Nula	Nula
Fator de Capacidade Benefícios e Salários	98%	98%
Duration	8,59	8,80
Plano CD:		
Taxa de Desconto	5,37%	6,16%
Inflação	3,50%	4,00%
Taxa de Crescimento Real dos Salários	1,46%	1,25%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios	Nula	Nula
Fator de Capacidade Benefícios e Salários	98,00%	98,00%
Duration	10,18	10,39

Hipóteses Demográficas

	31/12/2023	31/12/2022
Plano BD:		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Winklevoss desagravada em 20%	Winklevoss desagravada em 20%
Rotatividade	Nula	Nula
Composição Familiar	80% de casados com diferença de idade de 6 anos entre o cônjuge masculino e feminino	80% de casados com diferença de idade de 6 anos entre o cônjuge masculino e feminino
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Plano BS:		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic desagravada em 20%, segregada por sexo	AT-2000 Basic desagravada em 20%, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Winklevoss desagravada em 20%	Winklevoss desagravada em 20%
Rotatividade	Nula	Nula
Composição Familiar	82% de casados com diferença de idade de 4 anos entre o cônjuge masculino e feminino	82% de casados com diferença de idade de 4 anos entre o cônjuge masculino e feminino
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Plano CD:		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic desagravada em 20%, segregada por sexo	AT-2000 Basic desagravada em 20%, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Winklevoss desagravada em 20%	Winklevoss desagravada em 20%
Rotatividade	Nula	Nula
Composição Familiar	82% de casados com diferença de idade de 4 anos entre o cônjuge masculino e feminino	82% de casados com diferença de idade de 4 anos entre o cônjuge masculino e feminino
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

24.1.3 - Resultados atuariais

Resultados de benefícios definidos previdenciários - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	2023	2022
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício líquidos dos impostos diferidos - Programa Previdenciário	(117.537)	(203.933)

24.1.4 Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2023, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD e BS atingiram R\$ 295.372 (R\$ 124.651 em 2022) e R\$ 28.635 (R\$ 62.205 em 2022), respectivamente.

A Companhia espera contribuir com R\$ 475.058 com o plano BD e com R\$ 136.601 com o plano BS durante o próximo exercício.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Programa Previdenciário	31/12/2023						Total
	2024	2025	2026	2027	2028	2028 em diante	
Plano BD	475.058	439.812	406.194	373.904	343.057	2.734.325	4.772.350
Plano BS	136.601	128.426	120.611	113.084	105.734	1.095.453	1.699.909
Plano CD	252.032	237.812	224.311	211.279	198.814	2.399.184	3.523.432

Programa Previdenciário	31/12/2022						Total
	2023	2024	2025	2026	2027	2027 em diante	
Plano BD	460.313	425.775	392.846	361.467	331.594	2.593.974	4.565.969
Plano BS	136.428	127.491	119.020	110.995	103.390	1.033.718	1.631.042
Plano CD	229.022	214.845	201.403	188.656	176.424	2.014.275	3.024.625

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 416.193 ou aumento de R\$ 480.224, respectivamente.
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 79 ou teria uma redução de R\$ 76, respectivamente.

	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)
Obrigações de benefícios definidos	480.224	(416.193)
Expectativa de crescimento salarial	79	(76)

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

Prática contábil

Planos previdenciários

A Companhia patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável.

- Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

A Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

- Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um

empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos benefícios aos empregados é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos.

NOTA 25 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A companhia é parte envolvida em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas cível, trabalhista e fiscal, que se encontram em vários estágios de julgamento. As principais ações se referem a:

25.1 – Provisões para litígios

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Não Circulante		
Cíveis	3.170.856	3.990.417
Trabalhistas	195.828	175.563
Tributárias	36.458	31.556
Ambientais	12.137	11.161
Total	3.415.279	4.208.697

As provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a seguinte evolução:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.208.697
Provisões/Reversões	(620.484)
Atualização Monetária	136.306
Depósitos judiciais	(19.299)
Baixas	(83.375)
Pagamentos	(206.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.415.279

A movimentação da constituição de provisões/reversões está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais em sua maioria relacionado a causas cíveis.

As provisões para litígios relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada provável, são discutidos a seguir:

25.2.1 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui ações judiciais cíveis de R\$ 3.170.856 (R\$ 3.990.417 em 31 de dezembro de 2022), sendo está a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos cíveis discutem-se principalmente processos decorrentes de pagamentos, multa e encargos por supostos atrasos de inadimplementos, ações coletivas de títulos putativos, e ações cíveis ligadas a relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas conforme os principais processos descritos abaixo:

- Ação Ordinária nº 0505839-74.1995.8.17.0001 – Rescisão Contratual

Parte Adversa – Consórcio CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior. (Réu e Reconvinte)

Resumo das Decisões de Mérito - Improcedente a ação de declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) e procedente a reconvenção das rés.

Resumo do Histórico - A Chesf é autora, em face do Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., de Ação de Declaração de Nulidade Parcial de Aditivo (Fator K de correção analítica de preços) e devolução em dobro de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais). As rés contestaram ação e, em paralelo, ajuizaram uma reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após tramitação processual nas instâncias ordinárias, foi declarada a competência da Justiça Estadual (TJPE) que julgou improcedente a ação da Chesf e procedente a reconvenção das rés.

Em tramitação perante o STJ (REsp 726.446) por força de recurso da Chesf, foi julgado majoritariamente improcedente (agosto/2010), posteriormente objeto de Embargos de Declarações sucessivos de todas as partes. Pelos Embargos interpostos pelas partes adversas, modificou-se a decisão parcialmente no que diz respeito a honorários de sucumbência. A partir de então, se sucederam diversos recursos das partes envolvidas, sem que nenhum deles tivesse efeito modificativo. O Recurso Extraordinário, destinado ao Supremo Tribunal Federal, interposto oportunamente pela Chesf, aguarda o esgotamento da apreciação do Recurso Especial em todas as suas instâncias internas do STJ.

Em paralelo, tramita em primeira instância procedimento de "Cumprimento provisório de sentença", proposto pelas mesmas partes adversas à Chesf no caso, onde: a) Houve cálculo do contador judicial homologado pelo juízo (ainda que aplicando critérios de atualização manifestamente equivocados para o caso) fixando (provisoriamente) o valor da condenação principal (para abril de 2015) em aproximadamente R\$ 1.035; b) Houve a apresentação pela Chesf de "seguro garantia" originalmente acolhido pelo juízo processante, mas, em sede recursal, recusado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE; c) Até dezembro de 2016 houve a penhora de ativos financeiros bancários da Chesf em montante aproximado de R\$ 500; e d) A Chesf apresentou recursos de agravo e reclamação pendentes de apreciação pelo TJPE. Em dezembro de 2016, Chesf impetrou Recurso Especial junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ (REsp 1.530.912), que resultou em liminar atribuindo efeito suspensivo ao referido recurso, para suspender a referida ação de liquidação, bem assim a ação

“Cumprimento Provisório de Sentença”, liberando-se na íntegra (alvará expedido em 26/01/2017, em favor da Chesf), a totalidade do valor até então bloqueado/penhorado.

Em 21 de outubro de 2022 no Cumprimento Provisório de Sentença, processo n.0505839-74.1995.8.17.0001, o juiz da 12ª Vara determinou que a Diretoria Cível registre a cessão definitiva e dação em pagamento em favor da Mendesprev Sociedade Previdenciária, no valor de R\$ 330.015.685,01 em razão do crédito a que possa ter direito a Mendes Junior Engenharia S.A (exequente), por força do acordo firmado nos autos de nº 1740290-02.2014.8.13.0024 da 35ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. Em 23 de dezembro de 2022. Os autos do Cumprimento Provisório de Sentença foram arquivados provisoriamente.

No âmbito da Ação de Liquidação, o REsp 1.530.912 em 20/04/2021 teve negado provimento, mantendo a competência na justiça estadual, assim como da decisão por meio da qual a liquidação foi extinta. Em sequência foram interpostos embargos de declaração. Desde 09 de maio de 2023 a pauta de julgamento foi adiada.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus procuradores jurídicos, atualizou a provisão, para o montante total de R\$ 2.118.528 (R\$ 2.067.368 em 31 de dezembro de 2022), sendo este valor correspondente ao valor da condenação principal e ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf.

- Ação de indenização nº 0012492-28.2010.4.05.8300

Parte Adversa – Consórcio CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior.

Resumo das Decisões de Mérito - Proferida sentença condenatória em desfavor da Chesf, determinando o pagamento da importância de R\$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31 de março de 2010).

Em grau recursal, determinou-se a condenação ao pagamento de indenização relativa aos encargos moratórios calculados incorretamente sobre as parcelas pagas com atraso pela Chesf. Prevalecendo as conclusões do perito judicial no que tange ao equívoco da Chesf no cálculo dos encargos contratuais, exceto no que tange à necessidade de correção do anatocismo verificado no pagamento parcial das faturas e na incidência de juros de mora da parte dispositiva da sentença após 30 de setembro de 2001.

Resumo do Histórico - Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, ajuizada em 08 de junho de 1999, processo nº 0012492-28.2010.4.05.8300, na qual pede a condenação da Companhia ao pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, para as faturas emitidas após 30 de abril de 1990 (“Pós-Collor”). Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Chesf contestou a ação, inclusive pedindo que a União Federal fosse admitida no feito, com a consequente remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. Após a apresentação de perícia foi proferida sentença, pela Justiça Estadual de Pernambuco, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31 de março de 2010).

Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, onde foi declarada, pelo TJPE, a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente (uma vez que a União Federal havia sido admitida no feito), e determinando o envio dos autos à Justiça Federal. A Justiça Federal em Pernambuco recebeu o processo no estado em que se encontrava, não tendo determinado a realização de nova perícia e proferindo nova sentença, condenando a Chesf ao pagamento da importância acima discriminada.

A partir de então, seguem-se sucessivos recursos. O processo estava na pauta para julgamento de embargos de declaração, os quais foram retirados da pauta em razão de pedido de vista. Após conclusão de apreciação no STJ, e a depender do respectivo resultado, seguirá para o STF, objetivando apreciar o recurso extraordinário das partes adversas.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Administração classificou o risco de perda desta ação como “provável”, no montante atualizado de R\$ 78.958 (R\$ 292.003, em 31 de dezembro de 2022). a ser, ainda, reduzido pela decisão de ajuste/exclusão de juros moratórios pronunciada pelo TRF-5ª região e retirados os valores prescritos em atendimento a proclamação parcial de julgamento, caso mantida a prescrição em julgamento final.

25.1.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui ações tributárias de R\$ 36.458 (R\$ 31.556 em 31 de dezembro de 2022), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos tributários discutem-se principalmente anulação de autos de infração; pleitos de ressarcimento/compensação de créditos (PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, ITR, ICMS entre outros tributos).

25.1.3 - Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui ações judiciais trabalhistas de R\$ 195.828 (R\$ 175.563 em 31 de dezembro de 2022), sendo está a estimativa provável de desembolso de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos trabalhistas discutem-se principalmente periculosidade; horas extras; suplementações de aposentadoria Fachesf; equiparação/enquadramento funcional e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

25.2 - Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	11.224.578	10.510.672
Trabalhistas	51.982	94.506
Ambientais	650.013	362.273
Regulatórios	3.820.309	2.920.898
Fiscais	241.173	186.204
	<u>15.988.055</u>	<u>14.074.553</u>

25.2.1 - Cíveis, ambientais e regulatórios

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui ações judiciais cíveis de R\$ 15.694.900 (R\$ 13.793.843 em 31 de dezembro de 2022), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão, conforme os principais processos descritos abaixo:

- Ação ordinária de indenização nº 0048611-24.2014.8.07.0001

Parte Adversa – Energia Potiguar e outros

Resumo das Decisões de Mérito – Sentença condenatória em desfavor da Chesf para o pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010. Acórdão confirmou a sentença.

Resumo do Histórico – Processo n.º 0048611-24.2014.8.07.0001, em trâmite perante a 23.ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília – DF. Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. e Outros, tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R\$ 243.067, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Oferecida contestação e deferida produção de prova pericial em 10 de março de 2016, laudo apresentado pelo perito do juízo desfavorável à Chesf, com consequente pedido de esclarecimentos.

Em 29 de janeiro de 2018, foi proferida sentença condenatória em desfavor da Chesf no valor de R\$ 432.313. A partir de então, as Partes interpuseram os recursos pertinentes.

Oportunamente, a União ingressou no feito manifestando interesse jurídico na demanda, o que foi deferido. A ABRATE – Associação Brasileira das Empresas de Energia Elétrica, requereu ingresso na condição de amicus curiae, o que foi negado pelo desembargador relator.

O recurso de apelação da Chesf foi provido por 4 votos a 1. Acórdão foi publicado aos 10 de outubro de 2019.

Como resultado dos diversos recurso interpostos, em 17 de outubro de 2022 o TJDF anulou o julgamento anterior que havia sido favorável à Chesf e, na mesma sessão, julgou novamente os recursos de apelação interpostos pelas partes contrárias para confirmar a sentença que condenou a Chesf ao pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010. Em 31 de janeiro de 2023 a Vice-presidência do TJDF inadmitiu o Recurso Extraordinário e o Recurso Especial.

O STJ anulou o rejuízo das apelações e ordenou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que, após a manifestação de todas as partes do processo acerca do tema surpresa, seja julgado o mérito da apelação. Tal fato ensejou a emissão de comunicado ao mercado em setembro de 2023. Foi apresentado embargo de declaração que está pendente de julgamento.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R\$ 673.210 (R\$ 611.987 em 31 de dezembro de 2022).

- Ação Ordinária nº 0026448-59.2002.4.01.3400

Parte Adversa – AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia

Resumo das Decisões de Mérito – Decisão em grau de recurso julgou procedente a ação.

Resumo do Histórico – Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 0026448-59.2002.4.01.3400– 3ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão Interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) resultou num débito de aproximadamente R\$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07 de novembro de 2008. Tal débito onerou a Chesf.

Para suspender a exigibilidade do débito foram adotadas naquela oportunidade as seguintes providências jurídicas: 1) ajuízo de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente suspensão dos efeitos da liminar e suspensão do débito em questão.

A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31 de dezembro de 2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, que após negado provimento, interpôs recurso de apelação.

A Ação Ordinária foi julgada improcedente e os embargos de Declaração rejeitados, havendo assim, a apresentação de recurso de apelação pela autora.

Em 31 de março de 2013 – TRF 1.ª Região julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). Resp da AES julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados.

No dia 26 de março de 2014 O julgamento foi revertido. O Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF 1ª Região.

A partir de então, as Partes interuseram os recursos pertinentes.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante atualizado de R\$ 540.224 (R\$ 499.457 em 31 de dezembro de 2022).

- Ação Ordinária nº 0028292-95.2010.8.17.0001

Parte Adversa – Libra Ligas do Brasil S/A

Resumo das Decisões de Mérito – Processo ainda não sentenciado.

Resumo do Histórico – Ação Ordinária de Cobrança nº 0028292-95.2010.8.17.0001 proposta pela Chesf, em razão de faturas de energia elétrica não pagas pela ré (empresa Libra Ligas do Brasil S/A), por força do contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – Contrato CCVE 018/2004. A empresa Liga Libras ingressou com a ação judicial nº 0017540-06.2006.8.17.0001, que lhe concedeu liminar para impedir a Chesf de cessar o fornecimento de energia elétrica. Com base em interpretação equivocada de tal liminar, a empresa passou a não pagar as faturas da energia consumida, o que motivou a Chesf a ingressar com a presente ação de cobrança.

Em 31 de outubro de 2021, o Juízo, uma vez que fora proferida decisão declinatória de competência nos autos da ação conexa à presente (processo nº 0017540-06.2006.8.17.0001), determinando a suspensão do presente processo até o julgamento da referida ação, então em trâmite perante a Justiça

Federal, determinou intimação da Chesf para falar a respeito. Em 09 de fevereiro de 2022, a Chesf informa que o único processo em que litigam Chesf e Libra na Justiça Federal (processo nº 0010768-13.2015.4.05.8300) foi definitivamente arquivado.

Em 29 de setembro de 2022, o Juízo proferiu decisão interlocutória indeferindo o pedido cautelar constante da inicial. Em 28 de outubro de 2022, Chesf peticiona juntando a planilha do débito atualizada e, em sequência a Libra opôs Agravo de Instrumento face a decisão que afastou a alegação de prescrição formulada na ação de cobrança. No agravo 0021247-86.2022.8.17.9000 foi reconhecida a prescrição intercorrente da ação de cobrança. Foi interposto o recurso pertinente pela parte adversa.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante atualizado de R\$ 366.658 (R\$ 336.951, em 31 de dezembro de 2022).

- Ação Ordinária nº 0000421-20.2003.4.05.8500

Parte Adversa – Edileuza Soares dos Santos e outros

Resumo das Decisões de Mérito – Sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos autorais.

Resumo do Histórico – Ação Ordinária com pedido de Indenização nº 0000421-20.2003.4.05.8500, em curso na Justiça Federal – 2ª Vara Aracaju, com 219 partes autoras, entre elas Edleuza Soares dos Santos e como réus: Chesf e União Federal.

A petição inicial discorre longamente sobre o direito coletivo e difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sobre danos ambientais. Também traz, como suposto direito, uma indenização paga a uma tribo indígena relocada para a construção da Hidrelétrica de Xingó, situação completamente distinta da que se discute nesta ação. Os autores pediram a inversão do ônus da prova e o custeio de perícia pela Chesf, além do reconhecimento do interesse da União, por se tratar de terreno de marinha.

A Chesf contesta alegando, em síntese, litispendência com a Ação Civil Pública nº 0000420-35.2003.4.05.8500, autuada na mesma data, proposta pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, que contém exatamente as mesmas partes e os pedidos são exatamente os mesmos, bem como tem idêntica a causa de pedir. Além disso, arguiu a legalidade dos procedimentos da Chesf, a inexistência de comprovação dos elementos essenciais para configurar a responsabilidade civil, bem como o chamamento à lide do IBAMA, do IMA/AL, do IMA/BA e da ADEMA/SE.

Em 18 de outubro de 2022, decisão deferindo a habilitação de sucessores de autores falecidos nos autos, bem assim intimando as partes para aditarem as razões finais. Em 22 de junho de 2023 proferida sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos autorais para condenar a Chesf ao pagamento do valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada morador autor da demanda, referente aos danos ambientais patrimoniais individuais e ao pagamento no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada morador referente aos danos morais. Bem como condenou a Chesf ao pagamento de honorários advocatícios em favor, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Julgados improcedentes os pedidos autorais em face da União. Foram opostos embargos declaratórios com pedido de efeito infringente.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante atualizado de R\$ 327.901 (R\$ 325.550, em 31 de dezembro de 2022).

- Ação Ordinária nº 0012519-31.2017.4.01.3400

Parte Adversa – União Federal

Resumo das Decisões de Mérito – Sentença julgando improcedente o pedido e revogando a liminar anteriormente deferida. Decisão monocrática no 2º Grau deferindo efeito suspensivo a Sentença.

Resumo do Histórico – Ação Ordinária nº 0012519-31.2017.4.01.3400 proposta pela Chesf em face da União Federal, com pedido de Liminar em antecipação de tutela, visando suspender os efeitos da Resolução CNPE 03/2013 Foi deferido, em 06 de abril de 2017, o pedido de tutela de urgência, para que a ré se abstenha de anotar qualquer ato de aplicação da referida Resolução e comunique à ANEEL e à CCEE que se abstenham de promover a execução, aplicação, regulamentação e implementação da aludida Resolução, determinando a suspensão e desconstituição da eficácia de todos os atos de execução, aplicação, regulamentação ou implementação da Resolução já realizados, com efeitos retroativos à data de sua edição, mantendo-se intacta a sistemática da resolução CNPE 8/2007,

cessando, imediatamente o pagamento, desonerando a Autora do rateio dos custos dos encargos de serviço do sistema energético. Em 30 de maio de 2018, foi proferida Sentença julgando improcedente o pedido e revogando a liminar anteriormente deferida. Foi deferido, pelo TRF1, o pedido da Chesf de efeito suspensivo da sentença, com a conseqüente suspensão da cobrança dos valores. Aguarda-se inclusão em pauta para julgamento da Apelação da Chesf.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante atualizado de R\$ 301.102 (R\$ 272.315, em 31 de dezembro de 2022).

- Ação Ordinária nº 0000377-81.2004.8.17.0001

Parte Adversa – Amadeu Salustiano Souza

Resumo das Decisões de Mérito – Processo ainda não sentenciado.

Resumo do Histórico – Ação Ordinária de Indenização por Dano Moral tombada sob nº 0000377-81.2004.8.17.0001, em curso na 25ª vara cível de Recife, Pernambuco, interposta por Antônio Serapião da Silva e outros, em face da Chesf e União. Os Autores propuseram ação de indenização em face da Chesf alegando dano moral em vista do processo de desapropriação para a formação do lago reservatório de Itaparica, sob a alegação de violação a direitos humanos e patrimoniais. Em contestação, a Chesf alegou preliminarmente litispendência, informando a existência de Ação Civil Pública que trata da questão o que, uma vez reconhecido, resulta em extinção do feito sem julgamento de mérito. No mérito, refuta os argumentos articulados, pugnando pela improcedência total dos pedidos articulados. Em 11 de setembro de 2000 a preliminar de litispendência da Chesf foi negada com determinação da perícia pedida pelo réu O processo está na fase de instrução.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R\$ 289.897 (R\$ 270.708, em 31 de dezembro de 2022).

- Ação civil pública Nº 0002490-83.2012.4.01.3306

Parte Adversa – Ministério Público Federal na Bahia

Resumo das Decisões de Mérito - Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da VMT para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos.

Resumo do Histórico - Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal junto à subseção Judiciária de Paulo Afonso – BA (processo n.º 0002490-83.2012.4.01.3306) onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$ 1.000.000.

Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da VMT para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudicial e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando os benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação.

Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em 30 de novembro de 2016 ao relator Desembargador Federal Néviton Guedes – Quinta Turma. Em 13 de maio de 2023 o processo foi redistribuído por sorteio em razão de criação de unidade judiciária para a 11ª Turma do TRF1.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante atualizado de R\$ 4.549.567 (R\$ 4.159.029, em 31 de dezembro de 2022).

- Ação Civil Pública nº 0033328-13.2015.4.01.3400

Parte Adversa – Aneel

Resumo das Decisões de Mérito - Sentença parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O Juízo sentenciante consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf, estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença.

Resumo do Histórico- Trata-se de ação civil pública manejada pela Aneel com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada - ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471.000.

Em 20 de setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O Juízo sentenciante, todavia, consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da CHESF, estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença.

A partir de então, as Partes interpuseram os recursos pertinentes. Em 15 de maio de 2023 redistribuído por sorteio em razão de criação de unidade judiciária para a 11ª Turma do TRF1.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R\$ 2.455.511 (R\$ 2.252.254, em 31 de dezembro de 2022).

- Ação Civil Pública nº 0001209-58.2013.4.01.3306

Parte Adversa – Ministério Público Federal da Bahia

Resumo das Decisões de Mérito - Em 11 de março de 2014, o Juiz Federal de Paulo Afonso proferiu decisão determinando que a Chesf estenda a todos os atingidos pela barragem cadastrados no Relatório de Famílias Relocadas o direito de recebimento de Verba de Manutenção Temporária- VMT, nos termos do acordo firmado em 1986.

Em 15 de janeiro de 2019, foi revertida a Decisão com o reconhecimento da prescrição da pretensão do MPF de reassentamento ou pagamento de Verba de Manutenção Temporária (VMT) pela CHESF às famílias cadastradas no Relatório de Famílias Relocadas, bem como de declaração de inexistência do Aditivo de 1991, bem assim extinto o processo com resolução do mérito.

Resumo do Histórico - Ação Civil Pública, tombada sob nº 0001209-58.2013.4.01.3306, em curso na Justiça Federal – 1ª vara de Paulo Afonso, Bahia, tendo como partes Chesf, Ministério Público Federal e como litisconsorte passivo União Federal.

Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal da Bahia, cujo objeto consiste no reconhecimento da existência de ocupantes da área inundada que não foram reassentados em projetos de irrigação, fazendo jus a todo o previsto no Acordo de 1986 entre a Chesf e as comunidades envolvidas na construção da Barragem de Itaparica.

Em 11 de março de 2014, o Juiz Federal de Paulo Afonso proferiu decisão determinando que a Chesf estenda a todos os atingidos pela barragem cadastrados no Relatório de Famílias Relocadas, ou seus sucessores, nos limites daquilo devido aos falecidos, o direito de pagamento de Verba de Manutenção Temporária- VMT, nos termos do acordo firmado em 1986 (2,5 salários mínimos), até a efetiva entrega da terra ("Projeto Irrigado"), desde que essas famílias não tenham sido efetivamente reassentadas ou tenham sido indenizadas pelas áreas atingidas, que não se confunde com a indenização pelas benfeitorias realizadas, no prazo de 120 (cento e vinte dias), sob pena de cominação de multa diária no valor de R\$ 50 por dia de atraso, vinculando-se o eventual produto das multas a investimentos voltados ao desenvolvimento dos referidos reassentamentos."

A partir de então, as Partes interpuseram os recursos cabíveis.

Em 15 de janeiro de 2019 foi prolatada Decisão reconhecendo a prescrição da pretensão do MPF de reassentamento ou pagamento de Verba de Manutenção Temporária (VMT) pela Chesf às famílias cadastradas no Relatório de Famílias Relocadas, bem como de declaração de inexistência do Aditivo de 1991, e extinguiu o processo com resolução do mérito. A partir de então, as Partes interpuseram os recursos cabíveis. Encontra-se pendente apreciação de recursos em face dos Tribunais Superiores, STJ e STF.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R\$ 4.135.073 (R\$ 3.772.158, em 31 de dezembro de 2022).

25.2.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui ações judiciais tributárias com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 241.173 (R\$ 186.204 em 31 de dezembro de 2022).

25.2.3 - Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui ações judiciais trabalhistas de R\$ 51.982 (R\$ 94.506 em 31 de dezembro de 2022), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

Estimativas e julgamentos críticos

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 26 – OBRIGAÇÕES LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo obrigações de: (i) pagamento à CDE e (ii) implementação de programas de revitalização das bacias hidrográficas.

	Controle Desenvolvimento Energético	Revitalização das bacias hidrográficas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2022	12.440.873	2.761.585	15.202.458
Atualização monetária	578.785	132.704	711.489
Encargos	958.427	142.172	1.100.599
Juros pagos	(15.459)	(13.296)	(28.755)
Amortização do principal	(244.015)	(340.045)	(584.060)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	13.718.611	2.683.120	16.401.731
Circulante	518.966	367.974	886.940
Não circulante	13.199.645	2.315.146	15.514.791

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valor presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

	Conta de Desenvolvimento Energético	Revitalização das Bacias Hidrográficas	Total
2024	518.966	367.974	886.940
2025	767.688	369.669	1.137.357
2026	1.063.584	369.669	1.433.253
2027	1.329.480	369.669	1.699.149
2028	1.329.480	369.669	1.699.149
Após 2028	8.709.413	836.470	9.545.883
Total	13.718.611	2.683.120	16.401.731

Na nota 35.2.2, é demonstrado o fluxo de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Prática contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada Pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

A taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

NOTA 27 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Provisão de férias	63.221	85.127
Processos de desligamento	267.530	378.556
Folha de Pagamento	2.632	5.646
Encargos sobre férias	5.055	6.806
Participações nos Lucros/Resultados	67.516	48.361
Contribuição Previdenciária	17.583	25.540
Outros	4.654	7.680
Total	428.191	557.716

Prática contábil

As estimativas com obrigações trabalhistas e os respectivos encargos trabalhistas são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período, à medida que os empregados obtêm direitos de recebimentos futuros.

NOTA 28 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia estão apresentados a seguir:

Compromissos	2025	2026	2027	2028	Após 2028
Compra de energia	272.193	280.574	280.574	280.574	3.108.347
Venda de energia	802.013	615.342	507.273	386.195	3.491.193
Aquisições de imobilizados	8.260.588	11.172.388	5.339.684	2.765.609	-

Prática contábil

A Companhia apresenta, os compromissos para aquisição de imobilizado e os compromissos relacionados com seus empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) separadamente do valor de outros compromissos, de acordo com os requerimentos das normas contábeis CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado e CPC 45/IFRS 12 – Divulgação de Participações em outras Entidades. Além disso, também são apresentados os compromissos de compra e venda de energia, e compras com fornecedores de combustíveis.

NOTA 29 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro 2023, é de R\$ 19.370.176 (R\$ 9.753.953, em 2022).

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	31/12/2023					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Eletrobras	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00
Total	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00

ACIONISTA	31/12/2022					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Eletrobras	54.151	100,00	1.518	86,55	55.669	99,58
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,06	194	0,35
Light	-	-	9	0,51	9	0,02
Outros	-	-	33	1,88	33	0,06
Total	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

Em 31 de maio de 2023, a Companhia realizou a 193ª Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre o aumento de capital social, no montante de R\$ 9.616.223, por meio da capitalização do saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), concedido pela controladora Eletrobras, sem a emissão de novas ações.

29.1 - Reservas de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

	31/12/2023	31/12/2022
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
	<u>4.916.199</u>	<u>4.916.199</u>

29.2 - Reservas de Lucros

	31/12/2023	31/12/2022
Legal	821.762	743.124
Incentivos fiscais	1.221.554	1.020.521
Reserva especial de dividendos não distribuídos	9.149.362	8.125.172
	<u>11.192.678</u>	<u>9.888.817</u>

29.2.1 – Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

29.2.2 – Reserva de Incentivos Fiscais

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

29.2.3 - Reserva Especial de Dividendos

A Reserva especial de dividendos não distribuídos, refere-se à parte dos dividendos, retidos na Companhia, para futuro pagamento aos acionistas, de acordo com os parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

29.3 – Remuneração aos acionistas

De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Em 2022, a Administração propôs o pagamento dos dividendos aos acionistas no valor de R\$ 1.391.617, sendo R\$ 695.809 na forma de Juros sobre capital próprio e R\$ 695.808 como dividendos adicionais propostos. Considerando que a atual situação financeira da Companhia é incompatível com o pagamento da totalidade dos dividendos, nos termos do Art. 202, da Lei 6.404/76, foi constituída a reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 168.993, os quais serão pagos quando da reversão dessa situação financeira da Companhia.

Os dividendos constituídos serão pagos na data que vier a ser fixada na Assembleia Geral Ordinária - AGO de acionistas, ou de acordo com a Lei Societária.

De acordo com o artigo 42 do Estatuto Social da Companhia os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data em que foram disponibilizados, reverterão em favor da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	1.749.779	1.707.427
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(177.028)	(64.680)
Constituição da Reserva legal	(78.638)	(82.137)
Lucro líquido ajustado - base de cálculo da remuneração	1.494.114	1.560.610
Dividendos mínimos obrigatórios	373.528	390.153
Remuneração proposta:		
Juros sobre capital próprio	-	695.809
Dividendos adicionais propostos	-	695.808
Dividendos	373.528	-
Remuneração líquida	373.528	1.391.617
Dividendos brutos por ação ordinária e preferencial (R\$)	6,68	24,89

29.4 - Outros Resultados Abrangentes

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico – CPC 33 (R1) (IAS 19), a Companhia reconheceu neste exercício perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em Outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 117.537 (perda de R\$ 203.933, em 2022), perfazendo um montante acumulado de R\$ 3.915.328 (R\$ 3.797.791, em 2022).

NOTA 30 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. As ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio (JCP) quanto às ações ordinárias.

31/12/2023			
Numerador	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	1.694.880	54.899	1.749.779
Lucro do exercício	1.694.880	54.899	1.749.779
Denominador			
Quantidade de ações	54.151	1.754	
% de ações em relação ao total	96,86%	3,14%	
Resultado por ação básico (R\$)	31,30	31,30	

31/12/2022			
Numerador	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	1.653.857	53.570	1.707.427
Lucro do exercício	1.653.857	53.570	1.707.427
Denominador			
Quantidade de ações	54.151	1.754	
% de ações em relação ao total	96,86%	3,14%	
Resultado por ação básico (R\$)	30,54	30,54	

Prática contábil

A companhia calcula o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (ou capital próprio ordinário) da companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuível a esses titulares de ações ordinárias.

NOTA 31 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Geração		
Suprimento	3.237.170	3.106.590
Fornecimento	875.082	863.486
CCEE	328.535	110.777
	4.440.787	4.080.853
Transmissão		
Receita de operação e manutenção	2.399.426	2.268.251
Receita de construção	709.311	605.344
Receita financeira contratual	2.201.144	2.403.532
	5.309.881	5.277.127
Outras receitas	60.762	80.840
(-) Deduções à Receita operacional		
(-) ICMS	(154.518)	(148.724)
(-) PIS e COFINS	(911.765)	(788.910)
(-) Encargos setoriais	(631.214)	(629.951)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	(896)	(968)
	(1.698.393)	(1.568.553)
Receita operacional líquida	8.113.037	7.870.267

Prática contábil

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração, transmissão e de outros serviços.

Geração

As receitas de suprimento e fornecimento de energia elétrica são reconhecidas no momento que a Companhia entrega a energia elétrica para o comprador pelos preços estabelecidos nos contratos.

As receitas das transações no mercado de curto prazo, apresentadas na linha CCEE, são valoradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

As receitas originadas das concessões de geração prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013 (Usinas Cotistas) estão apresentadas na linha Receita de operação e manutenção, sendo reconhecidas pelo preço da tarifa calculada pela ANEEL. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção das usinas, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%. A partir de 2023, em razão das determinações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras), o regime de exploração dessas usinas será alterado de cotas de garantia física para produção independente de energia ("PIE"), em 20% ano, atingindo a alteração completa em 05 anos.

Transmissão

As contraprestações estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica remuneram a transmissora para duas obrigações de desempenho: (i) construir; e (ii) manter e operar a infraestrutura. À medida que são cumpridas, a Companhia registra as receitas de acordo com a natureza da obrigação concluída.

A obrigação de construir o empreendimento de transmissão é satisfeita ao longo da fase de construção, sendo as receitas de construção registradas de acordo com a evolução dos empreendimentos.

Além das receitas de construção e de operação e manutenção, a Companhia reconhece a receita financeira contratual, que se refere a atualização financeira dos direitos originados pela construção do empreendimento, que serão recebidos entre o término da construção e o final da concessão.

A Companhia inclui a receita financeira contratual na Receita Operacional Líquida – ROL, pois entende que nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica o financiamento (ato de gastar para construir e receber em parcelas no decorrer da concessão) realizado ao poder concedente para a construção dos empreendimentos faz parte do seu negócio.

Maiores detalhes nas práticas contábeis da nota 12.

NOTA 32 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na demonstração do resultado do exercício, têm a seguinte composição:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(537.513)	(445.138)	(982.651)	(560.690)	(521.685)	(1.082.375)
Plano de Demissão Voluntária - PDV 2022/2023	-	(120.404)	(120.404)	-	(391.591)	(391.591)
Plano de Demissão Voluntária - PDV 2023	-	-	-	-	-	-
Material	(16.202)	(27.277)	(43.479)	(18.135)	(25.319)	(43.454)
Serviços	(239.266)	(128.354)	(367.620)	(216.235)	(110.362)	(326.597)
Energia comprada para revenda	(244.526)	-	(244.526)	(235.667)	-	(235.667)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(1.077.079)	-	(1.077.079)	(948.925)	-	(948.925)
Construção	(1.044.917)	-	(1.044.917)	(968.419)	-	(968.419)
Depreciação e amortização	(355.288)	(46.595)	(401.883)	(134.139)	(31.900)	(166.039)
Doação e contribuições	-	(32.878)	(32.878)	-	(8.272)	(8.272)
Perdas estimadas/Provisões operacionais - Nota 32.1	-	(209.656)	(209.656)	-	(1.191.887)	(1.191.887)
Outros	(3.818)	(228.272)	(232.090)	(31.578)	(82.196)	(113.774)
Total	(3.518.609)	(1.238.574)	(4.757.183)	(3.113.788)	(2.363.212)	(5.477.000)

32.1 - Perdas estimadas/Provisões operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão/reversão para litígios (i)	484.178	(963.705)
Reversão de Perdas estimadas em investimentos - nota 14.1	14.748	371.529
PECLD - Consumidores e revendedores (iv)	(86.163)	(91.181)
Provisão contratos onerosos (iii)	(393.946)	(23.201)
Provisão Atuarial	(389.743)	(358.139)
Provisão/reversão GAG melhoria (ii)	103.144	(90.498)
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (<i>Impairment</i>)	(2.742)	(28.698)
Perda estimada com depósitos judiciais	60.868	(7.994)
	<u>(209.656)</u>	<u>(1.191.887)</u>

A principal movimentação no período deveu-se aos seguintes fatos:

- (i) Provisão/reversão para litígios no montante de R\$ 484.178 em função, principalmente, da reversão do processo movido pela Energia Potiguares, para pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010 (R\$ 643.246);
- (ii) registro de reversão da GAG melhoria no montante de R\$ 103.144, em função da descotização das usinas cotistas;
- (iii) registro de reversão de provisão de impairment/contrato oneroso R\$ 389.810 em função, principalmente, dos contratos de comercialização de energia em Jirau;
- (iv) registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre clientes e outros créditos no montante de R\$ 86.163.

NOTA 33 - RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	199.310	251.597
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	4.726	7.827
Outras receitas financeiras	1.832	14.299
	<u>205.868</u>	<u>273.723</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(226.620)	(92.790)
Encargos de dívidas - obrigações com CDE (i)	(958.427)	(457.323)
Encargos de dívidas - revitalização das bacias hidrográficas (i)	(142.172)	(74.809)
Encargos sobre recursos de acionistas	-	(96.027)
Outras despesas financeiras	(50.278)	(30.889)
	<u>(1.377.497)</u>	<u>(751.838)</u>
Itens financeiros líquidos		
Variações monetárias	148.829	86.007
Variações monetárias - obrigações com CDE (i)	(578.785)	(81.966)
Variações monetárias - revitalização das bacias hidrográficas (i)	(132.704)	(9.207)
	<u>(562.660)</u>	<u>(5.166)</u>
Resultado Financeiro	<u>(1.734.289)</u>	<u>(483.281)</u>

A principal movimentação do período corresponde a:

- (i) atualização das obrigações advindas da capitalização da Eletrobras, sendo: R\$ 1.537.212 referente a CDE e R\$ 274.876 referente a revitalização das bacias hidrográficas

Prática Contábil

No resultado financeiro são registrados, principalmente, os encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, vide nota 19, os encargos das obrigações com a CDE e revitalização de bacias hidrográficas, vide nota 26, e as receitas de aplicações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

NOTA 34 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado na alienação de investidas	245.831	-
Remensuração Regulatórias - Contrato de Transmissão	184	228.155
Perda na liquidação do ativo financeiro das usinas cotistas	-	(487.282)
Perda na liquidação dos valores residuais de imobilizado não indenizados	-	(131.948)
Total	246.015	(391.075)

NOTA 35 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

35.1- Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, apresentados na nota 21, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito), apresentados nas notas 6 e 7. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	3.047.955	1.035.113
(-) Caixa e equivalentes de Caixa	(1.027.866)	(874.173)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(252.294)	(386.874)
Exposição líquida	1.767.795	(225.934)
(+) Total do Patrimônio Líquido	31.563.725	21.456.986
Total do Capital	33.331.520	21.231.052
Índice de Alavancagem Financeira	5,30%	-1,06%

35.2 - Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	31/12/2023	31/12/2022
ATIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		3.052.509	2.533.573
Clientes		1.071.321	869.168
Caixa e equivalentes de caixa		1.027.866	874.173
Títulos e Valores Mobiliários		953.322	790.232
PASSIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		20.402.724	29.150.337
Empréstimos, financiamentos e debêntures		3.047.955	1.035.113
Fornecedores		579.249	554.497
AFAC		-	11.766.222
Remuneração aos acionistas		373.789	592.047
Obrigações com a CDE		13.718.611	12.440.873
Obrigações com a revitalização das bacias hidrográficas		2.683.120	2.761.585

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Eletrobras e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (nível 3), e o risco de crédito das contrapartes das operações de swaps.

35.3 - Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

35.3.1 – Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

a) Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 31 de dezembro de 2023 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook*, publicado pela OCDE.

a.1) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

Impacto no resultado		43.448	5.661	7.077	8.492
TJLP	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	198.064	12.973	16.216	19.460
Impacto no resultado		198.064	12.973	16.216	19.460
IPCA	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	366.685	16.171	20.214	24.256
Impacto no resultado		366.685	16.171	20.214	24.256
Impacto no resultado em caso de apreciação dos indicadores nacionais		608.197	34.805	43.507	52.208
(¹) Premissas adotadas:					
		31/12/2023	Provável	+25%	+50%
	CDI	13,03%	13,03%	16,29%	19,55%
	TJPL	6,55%	6,55%	8,19%	9,83%
	IPCA	4,41%	4,41%	5,51%	6,62%

35.3.2 – Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

35.3.3 – Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	1.734.284	2.790.602	3.634.276	11.960.286	20.119.448
Empréstimos, financiamentos e debêntures	177.582	219.992	235.978	2.414.403	3.047.955
Fornecedores	579.249	-	-	-	579.249
Obrigações estimadas	90.513	-	-	-	90.513
Obrigações com a CDE	518.966	1.831.272	2.658.960	8.709.413	13.718.611
Obrigações com a revitalização das bacias hidrográficas	367.974	739.338	739.338	836.470	2.683.120

	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	13.245.575	1.956.179	2.538.775	10.942.914	28.683.443
Empréstimos, financiamentos e debêntures	202.004	208.092	239.737	385.280	1.035.113
Fornecedores	554.497	-	-	-	554.497
Obrigações estimadas	125.153	-	-	-	125.153
AFAC	11.766.222	-	-	-	11.766.222
Obrigações com a CDE	248.147	1.104.247	1.722.443	9.366.036	12.440.873
Obrigações com a revitalização das bacias hidrográficas	349.552	643.840	576.595	1.191.598	2.761.585

Prática Contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48 / IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

- Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado

utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

Contratos de garantia financeira:

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia, nota 21.2. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais, nota 35.1.

NOTA 36 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da companhia divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização; e
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica.

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2023 e 2022, são as seguintes:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Receita Operacional Líquida	3.574.589	4.538.448	8.113.037	3.261.241	4.609.026	7.870.267
Custos Operacionais	(1.847.866)	(1.670.743)	(3.518.609)	(1.589.658)	(1.524.130)	(3.113.788)
Despesas Operacionais	(413.181)	(579.562)	(992.743)	(1.299.854)	(1.682.588)	(2.982.442)
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	-	184	184	-	228.155	228.155
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	1.313.542	2.288.327	3.601.869	371.729	1.630.463	2.002.192
Resultado Financeiro			(1.734.289)			(483.281)
Resultado de Participações Societárias			74.881			167.233
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido			(192.682)			21.283
Lucro Líquido no Período			1.749.779			1.707.427

36.1 - Ativos não circulantes por segmento

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

	31/12/2023				31/12/2022			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Imobilizado	999.056	2.446.824	-	3.445.880	883.146	1.928.510	-	2.811.656
Intangível	239.727	28.372.407	-	28.612.134	221.965	28.548.820	-	28.770.785
Ativo Contratual	-	-	18.457.564	18.457.564	-	-	18.860.799	18.860.799
Total	1.238.783	30.819.231	18.457.564	50.515.578	1.105.111	30.477.330	18.860.799	50.443.240

NOTA 37 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Dentre as principais operações ocorridas com partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos de acordo com a legislação específica sobre o assunto:

37.1 – Principais transações ocorridas em 2023

Partes Relacionadas	Data da Operação	Objeto do Contrato	Valor da transação
Chesf e Fachesf	02/02/2023	Cumprimento ao que determina a Cláusula Segunda do Quinto Aditivo ao Contrato nº CF-03.1.336-012, o presente Termo de Atualização de Compromisso Atuarial de Saldamento de Plano Fechado (em regime de extinção), tem por objeto determinar que o valor do compromisso atuarial assumido pela Patrocinadora passa a ser de R\$ 196.256.289,64 (cento e noventa e seis milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), com base no Parecer Atuarial relativo à Avaliação Atuarial de 2021, emitido pela PREVUE Consultoria Ltda, atuária oficial da FACHESF, em 25/01/2022.	196.256
Chesf e Fachesf	02/02/2023	O Termo de Atualização de Compromisso Atuarial de Saldamento de Plano Fechado (em regime de extinção), conforme estabelecido na Cláusula Segunda do Décimo Segundo Aditivo ao Contrato 01.1.266-017, tem por objeto determinar que o valor do compromisso atuarial assumido no contrato originário pela PATROCINADORA passa a ser de R\$ 2.318.357.318,37 (dois bilhões, trezentos e dezoito milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, trezentos e dezoito reais e trinta e sete centavos), a preços de 31 de dezembro de 2021, relativo à parcela da Reserva de Benefícios Concedidos, não coberta pelo patrimônio, nos termos do item 101 e seus subitens do Regulamento do Plano de Benefício Definido (BD) da FACHESF. O reconhecimento deste compromisso atende aos termos da Cláusula Quinta do contrato originário e teve por base o Parecer Atuarial emitido pela consultoria PREVUE Consultoria Ltda, atuária oficial da FACHESF, datado de 25/01/2022, que integra o presente Aditivo para todos os fins de direito.	2.318.357
Chesf e Fachesf	28/04/2023	O contrato de amortização parcial da parcela não coberta da provisão matemática de benefícios concedidos, referente ao equacionamento do déficit do plano de aposentadoria de Contribuição Definida - CD, CNPB nº 2001.0021- 65, celebrado entre a Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, administradora do plano, e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, Patrocinadora do plano, referente a apuração de um "Déficit Técnico Acumulado Ajustado" superior ao limite estabelecido no artigo 29 da Resolução CNPC nº 30/2018, conforme demonstrado no Parecer Atuarial - posição 31.12.2021 elaborado pelos atuários legalmente responsáveis pelo citado plano de benefícios (Prevue Consultoria).	101.020

37.2 - Transações com partes relacionadas

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas:

Patrimonial	31/12/2023				31/12/2022			
	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Empresas Eletrobras
Ativos								
Cientes	25.016	-	-	19.297	22.089	339	-	17.582
Contas a receber	557	-	-	410.420	1.289	-	-	7.412
Dividendos / JCP a receber	34.278	-	-	-	46.925	7.354	-	-
Participações Societárias	5.721.346	-	-	-	5.633.425	-	-	-
Ativos mantidos para venda	-	-	-	-	-	143.388	-	-
Outros ativos	-	-	146.866	-	-	-	136.316	-
Total Ativo	5.781.197	-	146.866	429.717	5.703.728	151.081	136.316	24.994
Passivos								
Contas a Pagar	25.288	-	23.234	839	16	-	31.138	882
Contratos de dívida atuarial	-	-	3.004.545	-	-	-	2.342.512	-
Fornecedores	3.355	-	-	22.748	22.735	-	-	18.611
Dividendos e JCP a pagar	-	-	-	-	-	-	-	589.022
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	11.766.222
Debêntures	-	-	-	2.174.188	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	114.374	-	-	-	115.773	-
Total Passivo	28.643	-	3.142.153	2.197.775	22.751	-	2.489.423	12.374.737

Resultado	31/12/2023				31/12/2022			
	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Empresas Eletrobras
Receitas de prestação de serviços	7.270	-	-	-	7.238	-	-	-
Receita financeira	275	-	487	20.523	340	-	268	39
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	-	(20.492)	385.399	371.658	-	(156.145)	1.705
Energia comprada para revenda	(259.507)	-	-	-	(245.238)	-	-	-
Encargo de Uso da Rede	(30.592)	-	-	(249.377)	(29.071)	-	-	(209.820)
Contribuições patrocinadora	-	-	(44.525)	-	-	-	(50.325)	-
Despesa financeira	-	-	-	(152.381)	-	-	-	(95.904)
Equivalência patrimonial	74.881	-	-	-	136.991	30.241	-	-
Outros custos e despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(207.673)	-	(64.530)	4.164	241.918	30.241	(206.202)	(303.980)

37.2.1 - Abaixo se encontram as principais transações significativas acerca do uso de rede de transmissão, compra de energia ou prestação de serviços:

- Ressarcimento dos contratos da auditoria e atuarial;
- Ressarcimento de despesas de empregados cedidos;
- Remuneração pelo capital investido;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão;
- Contratos de compra de energia;
- Empregados cedidos;
- Contratos celebrados de arrendamentos;
- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia;
- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão.

37.3 - Remuneração de pessoal-chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	2.724	4.595
Encargos Sociais	325	973
Benefícios	4.246	233
Total	7.295	5.801

Prática contábil

A Companhia elimina nas demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas, exceto em relação àqueles entre a Companhia e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negocial e decisório devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

NOTA 38 – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

O quadro abaixo demonstra os investimentos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023	31/12/2022
Geração		
Energética Águas da Pedra S.A.	-	143.388
Outros		
Participações minoritárias	-	234
Total do Ativo	-	143.622

Em 2023, após atendidas as “Condições Precedentes” previstas no Contrato Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“CCVA”), celebrado entre a Companhia e a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletrobras Eletronorte”), foi concluída a transferência para a Eletrobras Eletronorte da participação equivalente a 24,5% do capital social total e votante da Energética Águas da Pedra S.A. – EAPSA (UHE Dardanelos) detida pela Eletrobras Chesf, acrescida de 22.675 ações da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Neoenergia Afluente T”), 95.981 ações da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia Coelba (“Neoenergia Coelba”) e 58.460 ações da Companhia Energética do Rio Grande do Norte Cosern (“Neoenergia Cosern”) também detidas pela Eletrobras Chesf, mediante o registro de ganho da ordem de R\$ 245.831 (Nota 34).

Prática contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda se o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda e não pelo uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

NOTA 39 – TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Transação não envolvendo caixa	
Conversão de AFAC em debêntures	2.150.000

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Varejão de Godoy
Presidente

Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Conselheiro

Lourinaldo Ferreira de Santana
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

João Henrique de Araújo Franklin Neto
Diretor-Presidente

Jenner Guimarães do Rêgo
Diretor Administrativo-Financeiro

Tony Ulysses Rodrigues de Matos Firmino
Diretor de Operação e Manutenção

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

José Henrique Mendes de Oliveira
Gerente
CRC-PE-017904/O-4 PE – Contador

www.pwc.com.br

***Companhia Hidro
Elétrica do São
Francisco - Chesf***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Situação operacional da empresa controlada em conjunto

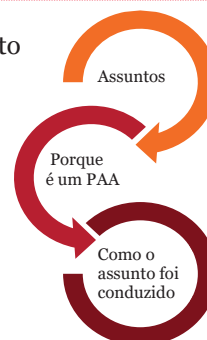
Conforme mencionado na Nota 14.3 às demonstrações financeiras, a controlada em conjunto Norte Energia S.A., apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2023. As circunstâncias da controlada em conjunto demonstra a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 15) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 14)

O ativo imobilizado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétrica e termoeleétrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam.

Adicionalmente, a Companhia possui saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Quando são identificadas evidências objetivas de perda nesses investimentos, a Companhia realiza a avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa descontado (valor em uso) ou seu valor justo líquido de despesa de venda, dos dois o maior.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da diretoria da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos e do ativo imobilizado da Companhia.

Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela diretoria, tais como perspectivas de crescimento da economia brasileira, receitas e despesas projetadas por UGC e dos investimentos em controladas em conjunto bem como a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela diretoria na mensuração do valor recuperável dos



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Porque é um PAA

das atividades de cada UGC ou controladas em conjunto, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas e despesas projetadas.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos esse tema como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

ativos imobilizados e investimentos em controladas em conjunto são consistentes com dados e informações obtidos.

Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 12)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão que é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão.

A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da diretoria sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro desejadas é formada com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Companhia, nos riscos de atrasos nas obras, nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na identificação das taxas de remuneração. Essas taxas são a melhor representação do componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros e também requerem o uso de julgamento

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a diretoria os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis dos preços dos contratos.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida (RAP) nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como a definição das taxas de remuneração utilizadas e as margens dos contratos.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela diretoria são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Porque é um PAA

significativo por parte da diretoria, afetando a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para litígios e passivos contingentes (Nota 25)

A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, originados no curso normal dos negócios.

A determinação das probabilidades de perda e, conseqüentemente, do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, exigem julgamento significativo da Companhia, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos nas diversas instâncias judiciais e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e tributários e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras, bem como aos testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e das discussões em andamento.

Obtivemos confirmações de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos opiniões legais de consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela diretoria para a determinação das provisões são consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas em conjunto, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 14 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Signed by: HELENA DE PETRIBU FRAGA ROCHA.00912168400
CPF: 00912168400
Signing Time: 14 March 2024 | 15:06 BRT
ICP-Brasil, OJ: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v6

HELENA DE PETRIBU FRAGA ROCHA
Contadora CRC 1PE020549/O-6